



Euroclima

**Vozes de mulheres liderando a transição
verde e justa na América Latina e no Caribe**

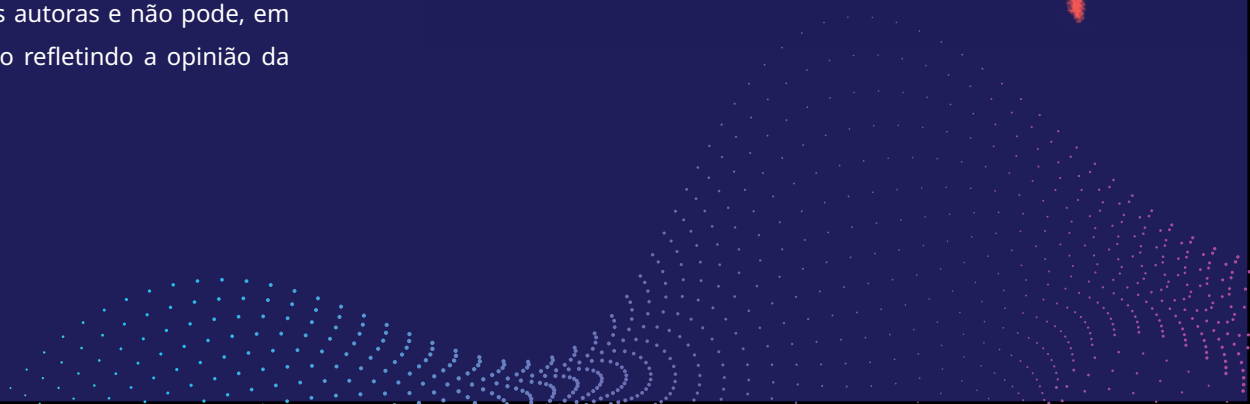
Publicado por
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)
GmbH

Escritórios registrados
Bonn e Eschborn, Alemanha

Programa Euroclima
E womengjtla@giz.de
W www.euroclima.org

Lourdes Castellote Iváñez de Lara, Edição e documentação
Tamara Lobos Muñoz, Documentação
Daniela Dorén Santander, Edição e revisão
Fátima Cristina Ferreira da Silva, Design e ilustração
Lucía Pezo Alvarez, Revisão final
Barbara Barbosa Ducos, Tradução

Esta publicação conta com o apoio financeiro da União Europeia por meio do programa Euroclima, implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, no âmbito da ação Vozes de Mulheres que Lideram a Transição Verde e Justa na América Latina e no Caribe. O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva das autoras e não pode, em hipótese alguma, ser considerado como refletindo a opinião da União Europeia. ©



**Vozes de mulheres liderando a transição
verde e justa na América Latina e no Caribe**

005 Prefácios

009 Introdução

Gênero e Mudança Climática

013 Adelle Thomas

018 Carolina Cuesta

023 Daniela Chacón

028 Emiko Sepúlveda

033 Frances Fuller

038 Leticia Sabino

043 Paola Tapia

048 Rosa Riquelme

Pobreza e Direitos

054 Ana María Acevedo

059 Carol Chehab

064 Célia Xakriabá

069 Gabriela Gavarrete

074 Honorável Kerryne James

079 Joyce Mendez

084 Margarita Velázquez

089 Tarcila Rivera Zea

Liderança, Empoderamento e Participação Política

096 Camila Ramos

101 Eduarda Zoghbi

106 Lourdes Valenzuela

111 Marina Moscoso

116 Nancy Aucahuasi

120 Patricia Hernández

125 Paula Bisiau

130 Saiurys Bonnet

135 Sandra Guzmán

Conclusões e recomendações

Epílogo



PREFÁCIO - Myriam Ferran

Diretora Geral Adjunta - Diretoria Geral de Parcerias Internacionais

Liderança com impacto: A União Europeia e seu compromisso com a igualdade de gênero

A igualdade de gênero não é apenas um princípio fundamental da União Europeia (UE); é um valor que a define. As mulheres, as jovens e as meninas não são apenas beneficiárias do progresso, mas agentes fundamentais da mudança. Alcançar a igualdade de gênero não é uma aspiração, mas uma necessidade. É a base para sociedades justas, inclusivas e prósperas, onde as oportunidades não são determinadas pelo gênero. A UE assumiu esse compromisso com firmeza, integrando a igualdade de gênero no centro de suas políticas internas e externas.

A **Estratégia de Igualdade de Gênero 2020-2025 da UE** busca garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais e acesso à liderança. A Comissão Europeia alcançou a **paridade de gênero em sua liderança**, e a **Diretiva de Igualdade nos Conselhos de Administra-**

ção exige que, até 2026, pelo menos 40% dos cargos não executivos em empresas listadas sejam ocupados pelo sexo sub-representado, com sanções em caso de não conformidade.

Na **ação global** da UE, o **Plano de Ação de Gênero III (GAP III)** garante que a igualdade de gênero esteja no centro de sua ação externa, alocando aproximadamente **9 bilhões de euros em 2021 e 13 bilhões de euros em 2022**. Mas **2025 marcará um ponto de virada** com a ambiciosa meta de **85% de todas as novas ações externas contribuindo para a igualdade de gênero**.

O GAP III tem apoiado o empoderamento de **mulheres candidatas a cargos públicos**, a criação de **abrigos para vítimas de violência de gênero** e o **acesso à educação e à saúde para meninas** em diferentes regiões do mundo. Ele tem promovido a **participação das mulheres na transição energética e digital**, garantindo que elas façam parte do futuro.

A igualdade de gênero não é uma meta isolada, mas **um pilar fundamental da estratégia de investimento sustentável do Global Gateway (GG) da UE**, integrando uma perspectiva de gênero em todas as suas iniciativas, adotando uma abordagem holística e garantindo que tanto a infraestrutura material quanto a social promovam o crescimento inclusivo. Desde **reformas regulatórias e transferência de tecnologia até o desenvolvimento de habilidades, emprego e financiamento sustentável**, o GG gera oportunidades onde elas são mais necessárias. Com foco especial em PMEs e mulheres empreendedoras, ele busca derrubar barreiras, expandir o acesso ao financiamento e estabelecer novos padrões globais de equidade, inovação e sustentabilidade.

Dentro do GG, um dos programas que está fazendo a diferença é o **Euroclima**, um pilar da **parceria estratégica para uma transição verde e justa entre a UE e a América Latina e o Caribe**. Destaca-se a colaboração com o **Grupo de Trabalho Regional sobre Gênero e Meio Ambiente na América Latina e no Caribe**, bem como o desenvolvimento de capacidades no México, Guatemala, Costa Rica, Peru e Chile. Em termos de ações bilaterais, podemos destacar o **apoio no Peru a mulheres rurais pioneiras em práticas agroecológicas, na América Cen-**

tral a mulheres líderes na redução do risco de desastres em suas comunidades, na Argentina e no Chile a transportes urbanos mais seguros e acessíveis com uma perspectiva de gênero, etc.

Apesar do progresso, os desafios globais continuam a afetar desproporcionalmente as mulheres, as mulheres jovens e as meninas. A UE continua totalmente empenhada em enfrentá-los. Publicações como esta, **“Vozes de mulheres liderando a transição verde e justa na América Latina e no Caribe”**, são essenciais para ampliar suas histórias e garantir que suas vozes sejam ouvidas e que elas sejam agentes de mudança na construção de sociedades mais justas, inclusivas, prósperas e pacíficas.

Com cada ação, cada investimento e cada política, a UE quer garantir que nenhuma mulher, nenhuma jovem, nenhuma menina seja deixada para trás.



PREFÁCIO - Andrea Kramer

Chefe da Divisão da América Latina e Caribe - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Prezadas leitoras e prezados leitores,

As mulheres são agentes críticos de mudança para uma transição verde e justa e devem ser reconhecidas e envolvidas na formulação e implementação de políticas climáticas e ambientais. Devido às suas funções históricas e sociais como provedoras e cuidadoras, as mulheres possuem um conhecimento distinto sobre o gerenciamento sustentável de recursos e estão na vanguarda da mitigação e adaptação ao clima. Isso permite que elas não apenas desenvolvam e implementem soluções práticas para os desafios ambientais, mas também liderem iniciativas inovadoras que promovam a resiliência e a sustentabilidade.

No entanto, apesar de seu papel fundamental como catalisadoras das transformações necessárias, as mulheres continuam enfrentando barreiras, como o acesso limitado a recursos como terra, serviços de extensão agrícola, energia limpa acessível e transporte, que restringem suas oportunidades. Abordar essas barreiras, capacitar

as mulheres e garantir que suas perspectivas sejam integradas aos processos de tomada de decisão não é apenas uma questão de equidade, mas também uma estratégia comprovada para o desenvolvimento de respostas mais eficazes aos desafios climáticos e ambientais.

Na busca de um futuro mais equitativo e sustentável, a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH está firmemente comprometida com um caminho para uma cooperação internacional mais justa, diversificada e transformadora de gênero. A GIZ tem como objetivo fortalecer os direitos, os recursos e a representação das mulheres em toda a sua diversidade por meio de seu trabalho.

O Euroclima é um programa regional emblemático cofinanciado pelo Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e pela União Europeia, que promove a parceria estratégica com a região da América Latina e do Caribe, com base em valores compartilhados e no compromisso de abor-

dar conjuntamente as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Ele busca contribuir para uma transição sustentável, resiliente e inclusiva por meio de esforços de mitigação e adaptação climática que considerem os impactos diferenciados das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade sobre mulheres e meninas.

A publicação “Vozes de mulheres liderando a transição verde e justa na América Latina e no Caribe” destaca a importância da liderança das mulheres para um futuro resiliente e sustentável. Com base em experiências inspiradoras de líderes na região, a publicação ressalta a importância e o potencial das redes para catalisar a liderança e a colaboração entre mulheres como agentes de mudança. Com histórias de sucesso e exemplos concretos de iniciativas de vários setores, a publicação busca inspirar as mulheres a se mobilizarem e criarem conexões que amplifiquem as vozes das mulheres que lideram a transição verde e justa em toda a região.

Um grande agradecimento a todas as mulheres que trabalham todos os dias para preparar o caminho para um futuro mais sustentável e equitativo e que estão inspirando as próximas gerações a se engajarem nos desafios ambientais e sociais interligados que nosso mundo está

enfrentando. Obrigada por sua liderança, por se manifestar e compartilhar suas valiosas experiências, conhecimentos e perspectivas.

Agora, aproveitem a leitura e deixem-se inspirar por algumas de suas vozes.



PREFÁCIO - Joenia Wapichana

Diretora da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

Há muito tempo, os povos indígenas alertam o mundo sobre a necessidade de proteger a Mãe Terra e a biodiversidade. É urgente que todos os esforços sejam realizados e que todas as pessoas estejam envolvidas, pois não há espaço para o negacionismo, o racismo ou a discriminação.

As mulheres indígenas desempenham um papel fundamental na segurança climática, assumindo grande parte da responsabilidade pela educação em boas práticas no uso da água e do solo, pela transmissão de conhecimentos tradicionais e pelo ensino de manejos sustentáveis que valorizam a floresta em pé. Desde cedo, aprendendo a compartilhar direitos e deveres, usufrutos e responsabilidades, espaços e desafios, cultivando o senso de coletividade e o respeito à diversidade. Nos dias de hoje, além das responsabilidades, assumimos também posições de representatividade.

Minha história pode ser semelhante a muitas outras que ainda não ganharam visibilidade, mas todas têm a mesma importância na luta pelo acesso aos direitos e pela proteção coletiva dos povos indígenas. Foi essa busca por

educação escolar que levou minha família a se mudar para Boa Vista, capital de Roraima, na Amazônia brasileira. Essa decisão, tomada por minha mãe, implicou contra o preconceito, a discriminação e o racismo no mundo não indígena. Compartilho essas experiências para empoderar outras mulheres, mostrar os caminhos, desafios e conquistas.

Ser a primeira mulher indígena advogada do Brasil, responsável na defesa judicial das comunidades indígenas, trouxe visibilidade para as lutas que enfrentamos, principalmente no que diz respeito aos direitos territoriais, ambientais e climáticos, que são essenciais para a proteção da vida, da cultura e da biodiversidade. Meu trabalho uniu o conhecimento técnico adquirido na universidade e a prática forense à experiência vívida na defesa da causa indígena.

Através do Conselho Indígena de Roraima (CIR), tive a oportunidade de exercer a advocacia e participar de fóruns e instâncias de discussão sobre o clima e a biodiversidade. Um exemplo emblemático dessa trajetória foi o caso Raposa Serra do Sol, que se tornou símbolo nacional e

internacional da luta dos povos indígenas por seus direitos. Uma sustentação oral no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008, foi realizada por uma mulher indígena — um marco que declarou a força do protagonismo feminino na defesa dos direitos coletivos.

Há uma necessidade real de indígenas em todos os espaços. E por que uma mulher indígena não representa tanto os povos indígenas quanto a sociedade não indígena? Em 2018, fui eleita a primeira mulher indígena Deputada Federal no Brasil, resultado de uma união coletiva dos povos indígenas de Roraima por meio da política do Malocão. Meu mandato (2019-2023) possibilitou a criação de projetos e leis em diversas áreas, principalmente aquelas de interesse indígena. Entre os projetos mais importantes estão o PL 5467/19 e o PL 4347/2021, que trata da proteção das terras indígenas, da reversão de multas ambientais para beneficiários dos povos indígenas e da transformação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) em política de Estado, garantindo sua continuidade, e do reconhecimento da categoria de Agentes Ambientais Indígenas.

O direito territorial e ambiental é o eixo central dos direitos dos povos indígenas. É por meio da segurança jurídica das terras indígenas que se viabiliza outros direitos,

como os culturais, ambientais, econômicos, de saúde e educação. Nesse contexto, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) desempenha um papel essencial, pois é o órgão responsável pela demarcação das terras indígenas.

Pela primeira vez na história, a Funai é liderada por uma mulher indígena, um marco histórico que representa esforço, resistência e compromisso. Esse momento representa a continuidade de um órgão que foi sucateado, trazendo a sabedoria indígena, os princípios da responsabilidade compartilhada e a visão holística das mulheres indígenas.

Nossa luta vai além de discursos e ocupação de espaços. Queremos participação plena e efetiva, inclusão social e direitos garantidos em sua totalidade. Exigimos políticas públicas com orçamentos previstos em lei e o reconhecimento de nossa capacidade de oferecer soluções para os desafios globais, e não apenas sermos vistos como fonte de dados sobre proteção ambiental.

Lutamos por um lugar à mesa, com igualdade, respeito e compreensão. Nossa luta é por todos e todas, sem distinção. Afinal, vivemos em um único planeta, e cuidar da Mãe Terra é essencial para a sobrevivência da vida.

Introdução

Após uma nova comemoração do Dia Internacional da Mulher, nos orgulha compartilhar com vocês Vozes de mulheres liderando a transição verde e justa na América Latina e no Caribe, uma publicação que visa continuar e facilitar o diálogo, iniciado em diferentes espaços, por promotoras da ação climática e ambiental na região.

As vozes das 25 líderes a quem tivemos a honra de entrevistar são diversas. Suas falas vêm de diferentes contextos sociais e culturais, também de posições em diferentes níveis e espaços nas quais se articula a transição verde e justa. Ao ler suas reflexões, conhecerão experiências de ação climática desenvolvidas em importantes cargos nos governos da região, na academia, no ativismo, na sociedade civil e nos órgãos internacionais. Esse conjunto oferece um panorama que sintetiza os pontos fortes e os desafios que enfrentamos na ação global pela defesa do meio ambiente. Bem como um conhecimento técnico, por elas generosamente compartilhado, em áreas como mobilidade urbana, energia sustentável, economia circular, água e saneamento, biodiversidade e ecossistemas, produção resiliente de alimentos, redução do risco de desastres, governança e financiamento climático.

Para facilitar a leitura, temos ordenado as contribuições das lideranças em três eixos principais. Cada um destaca a ênfase trazida na entrevista. É uma proposta de leitura que destaca um caminho de compreensão, sem esquecer a transversalidade de muitos dos assuntos dos quais tratam.

No primeiro eixo – que sublinha questões de Gênero e Mudanças Climáticas – Adelle Thomas, Carolina Cuesta, Daniela Chacón, Emiko Sepúlveda, Frances Fuller, Leticia Sabino, Paola Tapia e Rosa Riquelme vinculam o dano ambiental e seus impactos cotidianos à realidade das mulheres e à necessidade de considerar esse ponto na tomada de decisões climáticas e ambientais. Depreende-se, das suas vozes como lideranças, a urgência de integrar o recorte de gênero nas políticas climáticas e na justiça ambiental. Elas também oferecem perspectivas que podem ser proveitosas para atingir os objetivos. Entre outras, apostar por um enfoque interseccional que atenda às múltiplas desigualdades que atravessam a política climática e ambiental.

No segundo eixo – sobre Pobreza e Direitos – Ana María Acevedo, Celia Xakriabá, Carol Chehab, Gabriela Gavarrete,

Joyce Mendez, Kerryne James, Margarita Velázquez e Tarila Rivera destacam a relação entre gênero, pobreza e exclusão. Elas põem em primeiro plano a desigualdade econômica, a importância de gerar independência e autonomia a partir do usufruto dos próprios direitos, do acesso a serviços básicos e do respeito às distintas culturas. Além disso, propõem soluções integrais que reflitam essa complexidade e necessidades específicas diante dos impactos das crises que enfrentamos. A sua mensagem é unânime: é essencial pensar na promoção dos direitos e na autonomia dos grupos mais vulneráveis.

No terceiro eixo – Liderança, Empoderamento e Participação Política – Andrea Arrobo, Camila Ramos, Eduarda Oliveira, Lourdes Valenzuela, Marina Moscoso, Nancy Aucahuasi, Patricia Hernández, Paula Bisiau, Saiurys Bonnet e Sandra Guzmán convergem na relevância do empoderamento das mulheres no âmbito político e social. Também ressaltam a importância do seu envolvimento e liderança como elementos-chave para resolver problemas complexos. Nesse sentido, promovem a capacitação de mulheres e outros grupos historicamente marginalizados, para que possam exercer seus direitos e suas posturas de forma sustentável e qualitativa. Finalmente, outra resposta que surge no conjunto de reflexões que realizam é a importância de sustentar redes para o intercâmbio, a aprendizagem e a criação colaborativa entre mulheres que lideram a transição verde e justa na América Latina e o Caribe em áreas estratégicas.

Além das vozes das líderes, destacamos algumas de suas iniciativas para alcançar objetivos da transição verde e justa. Nós as selecionamos devido às suas abordagens regionais, de gênero ou de inclusão social: CELA - Clean Energy Latin America, Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural, CHIRAPAQ - Centro de Culturas Indígenas do Peru, Mujeres en Movimiento, Observatório Latino-americano da Geopolítica Energética, Rede Regional de Jovens para a Redução do Risco de Desastres para as Américas e Caribe, Una Vaina Verde e Women in Energy Brazil.

Agradecemos a todas as mulheres que, diariamente, ecoam a luta pela ampliação das condições de igualdade nas sociedades latino-americanas e caribenhas e, em especial, àquelas que aceitaram nosso convite para fazer parte desta iniciativa que, assim esperamos, continue crescendo. Assim como elas se inspiraram em outras gerações, também abrem caminho para que as mulheres do futuro possam continuar nesse esforço conjunto de construir uma sociedade que as respeite e as valorize como protagonistas na ação climática e ambiental. Convidamos vocês a colocar as lentes dessas 25 líderes na luta por uma transição verde e justa.

Desejamos que aproveitem a leitura e se inspirem nessas vozes!



Gênero e Mudança Climática



ADELLE THOMAS





Adelle Thomas, diretora sênior de Adaptação Climática no Conselho de Defesa dos Recursos Naturais e vice-presidente do Grupo de Trabalho II do IPCC, falando de Washington DC

“ Se você não considerar o gênero, não estará contribuindo para a ação climática. Você estará submetendo ainda mais mulheres e crianças à desigualdade

Geógrafa humana-ambiental, Adelle tem mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Rutgers, além de graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Minnesota e pelo Macalester College. Recebeu a bolsa de pesquisa de pós-graduação da National Science Foundation por sua dissertação sobre as implicações da mudança ambiental global e da globalização para o turismo caribenho. Ela trabalha há mais de 17 anos nas interseções entre ação climática e desenvolvimento, com foco na adaptação e nas perdas e danos no contexto de países em desenvolvimento. Adelle foi autora principal de vários relatórios do IPCC, assim como diretora fundadora do Centro de Pesquisa de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas da Universidade das Bahamas.

“Precisava me pronunciar porque não estava ouvindo as experiências das minhas amigas e da minha família refletidas no cenário global”

O que me motivou a me envolver na ação climática foi o impacto que se esperava que as mudanças climáticas tivessem em meu próprio país, as Bahamas. Senti que precisava me pronunciar porque não estava ouvindo as experiências das minhas amigas e da minha família refletidas no cenário global. Embora eu estivesse inicialmente interessada no turismo sustentável, Robin Liechenko, minha orientadora de pós-graduação, me inspirou a trabalhar para responder à mudança climática, apontando que os impactos dessas mudanças poderiam resultar na inviabilidade do turismo na região do Caribe.

A justiça intergeracional está muito presente no meu trabalho. O fato de ser mulher e mãe me impulsiona ainda mais a fazer o trabalho, pois enxergo os impactos, especialmente em pessoas que não podem falar por si mesmas. Estou envolvida na área de mudanças climáticas há anos e os impactos que inicialmente seriam sentidos em décadas estão acontecendo agora. As coisas têm mudado, e estamos sofrendo os impactos da mudança

climática todos os dias. As pessoas estão percebendo e se dando conta de que a mudança climática é uma realidade atual.

Questões de gênero no Caribe: perspectivas e experiências

“Para elevar nossas vozes, precisamos construir redes e estabelecer conexões mais sólidas entre mulheres”

Quando me envolvi no contexto nacional e internacional, em 2007, eu era mais jovem, mulher, do Sul global e não era branca. Essas eram barreiras para ter uma voz, poder falar e ser reconhecida por outras pessoas no espaço. Era desafiador ser uma das *outras* na sala, pois eu precisava falar e garantir que minha perspectiva diferente fosse ouvida. Eu estava isolada lá fora. Acho que, se eu fosse homem, estaria na política. Mas isso nunca me atraiu, porque atualmente não é um espaço para mulheres. O padrão para as mulheres na política é ridiculamente alto. Hoje em dia, tenho esperança de ver muitas mulheres, especialmente do Caribe, envolvidas em questões climáticas.

Acredito que a compreensão das questões de gênero no Caribe é bastante diferente da de outros lugares. Não se trata tanto de um problema de participação das mulheres, pois somos dominantes nos espaços de governança e pesquisa. Trata-se mais de uma corrente secundária que resulta em papéis de gênero no nível da liderança política e em impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre as pessoas.

Em regiões propensas a desastres, como as Bahamas e outras ilhas pequenas do Caribe, estamos vendo perdas e danos em níveis sem precedentes, afetando principalmente as classes socioeconômicas baixas, migrantes, mulheres e crianças. As mulheres solteiras muitas vezes não têm assistência para se prepararem para os furacões ou para se recuperar de seus impactos, e enfrentam mais ameaças de violência nos abrigos ou em questões de deportação quando são migrantes. Com impactos sucessivos ocorrendo cada vez mais próximos uns dos outros, perdas e danos se tornam um problema nacional de desenvolvimento, perpetuando o ciclo de endividamento das economias do Caribe. O mesmo está acontecendo em escala subnacional, fazendo com que as comunidades fiquem cada vez piores. Se você não considerar o

gênero, não estará contribuindo para a ação climática. Você estará submetendo ainda mais as mulheres e as crianças à desigualdade.

Essa subcorrente também é visível nos cargos de liderança. Mulheres como Mia Mottley, de Barbados, são uma inspiração para todas nós, pois se destacam em meio a tantos homens. Ainda temos um longo caminho a percorrer em relação à representação das mulheres. Precisamos continuar a elevar as questões de gênero no Caribe e pressionar por dados e sensibilização de gênero. Se estivermos medindo e acompanhando, poderemos dizer o que está acontecendo. Para elevar nossas vozes, precisamos criar redes e conexões mais sólidas entre mulheres. Quanto mais as pessoas virem mulheres em posições de liderança, mais cedo essas conceituações e estigmatizações antigas serão superadas. Precisamos de uma rede de apoio de mulheres na região e em outras regiões, porque é muito difícil fazer isso sozinhas. Continuem lutando e aparecendo nos espaços. Um dia chegaremos lá.

Uma transição verde e justa: impacto nos projetos

A perspectiva de gênero deve ser considerada desde o início, desde os estágios de planejamento

A transição verde tem se concentrado na criação de empregos, especialmente no setor de energia. O conceito mais recente de transição justa incorpora a adaptação e a inclusão de comunidades e pessoas que têm sido marginalizadas. Projetos de adaptação centrados na infraestrutura ou em medidas baseadas na natureza requerem habilidades que, historicamente, não têm sido praticadas por mulheres. Se esses empregos não forem ocupados por mulheres, as lacunas existentes em nossa oportunidade de participação na força de trabalho aumentarão. Precisamos abordar as desigualdades existentes que a mudança climática exacerba, garantir que ela não as exacerbe ainda mais e reduzi-las, promovendo a inclusão social. Não quero ver empregos e oportunidades na ação climática indo desproporcionalmente para os homens, sem beneficiar as mulheres. Acho que poderíamos prestar mais atenção para garantir que todas as oportunidades de emprego criadas sejam igualmente vantajosas para ambos os gêneros.

Em projetos de adaptação e mitigação, isso se traduz em garantir a participação desde as etapas de planejamento para o desenvolvimento de projetos equitativos. Para alcançar essa participação, pode ser necessário mudar as modalidades de engajamento para chegar à população desejada (realizar consultas em diferentes horários do dia, oferecer cuidados infantis, ir à casa das pessoas). É preciso ser flexível e acomodar as necessidades das pessoas. As mulheres precisam estar envolvidas e uma perspectiva de gênero deve ser adotada desde o início, inclusive nos estágios de planejamento.

CAROLINA CUESTA





Carolina Cuesta, cofundadora da Rede de Jovens para Redução de Risco de Desastres nas Américas e no Caribe, falando de Montevideu



No Uruguai, a mudança climática tem o rosto de uma mulher negra e pobre

Como cofundadora da Rede de Jovens para Redução de Risco de Desastres nas Américas e no Caribe, Carolina afirma que seu ativismo feminista é uma forma de exigir uma mudança de paradigma na formulação de políticas climáticas, apelando para soluções que abordem as causas fundamentais do problema. Atualmente, ela estuda Engenharia Ambiental na Universidade Católica do Uruguai e, antes de promover essa rede, mobilizou-se em defesa da juventude em diferentes espaços coletivos locais e internacionais, participando, por exemplo, da Semana do Clima da América Latina e do Caribe e de uma das várias Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Ela também é membro da *Fridays for Future* Uruguay e cofundadora da Rede de Jovens pela Justiça Climática do Uruguai.

Vejo nosso papel como fundamental para harmonizar o conhecimento técnico com o político

Meu pai sempre dizia: 'Caro, a individualidade não vai mudar o mundo. Se você quer fazer coisas, precisa buscar a coletividade.' Por isso, para incentivar a ação coletiva, em minhas intervenções dou muita importância a informar e passar conhecimento de forma amigável e acessível para a juventude, por meio de diversos formatos e conteúdos adaptados ao público. É essencial que as comunidades e os grupos tenhamos o conhecimento necessário para problematizar nosso entorno, pois esse é o primeiro passo para a criação conjunta de soluções alternativas. Também vejo nosso papel como fundamental em harmonizar o conhecimento técnico e o político.

Tenho o privilégio de estar rodeada de mulheres maravilhosas, brilhantes, atenciosas, fortes, ternas e empreendedoras, que gostam do que fazem e lutam por seus direitos. Ao longo da vida, aprendo algo com cada uma delas e, de certo modo, sou uma composição desses aprendizados. Encontro inspiração na rede de mulheres da qual faço parte. Minhas amigas, que são como irmãs, minhas avós, minha mãe, minhas tias e minhas primas,

as mulheres do meu coletivo, aquelas que atuam em partidos políticos, minhas vizinhas, minhas professoras da escola e as médicas que cuidam de nós, e a mãe Terra.

Participação e ação feminista para superar as desigualdades

A crise ambiental e a crise de gênero, na realidade, são um só problema que diz respeito à maneira como habitamos os territórios

Muitas pessoas têm deixado seus territórios e ido para a cidade devido a desastres climáticos. Elas são forçadas a se reinventar em busca de oportunidades que não estão disponíveis. Uma consequência importante é a destruição do tecido social em que estavam inseridas. A crise ambiental e a crise de gênero, na realidade, são um só problema que diz respeito à maneira como habitamos os territórios. Paulo Freire dizia: "somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores". Para nos libertarmos, precisamos confiar.

Quando penso nas relações de gênero e seu efeito nessas vulnerabilidades, assim como nas várias crises que estamos enfrentando, vejo o racismo como uma das gran-

des barreiras. Isso se reflete especialmente no acesso a fundos que lhes permitem exercer a soberania sobre os territórios. Esses fundos não são apenas escassos, mas muitas vezes não são suficientemente flexíveis e acompanhados para alcançar os grupos que estão na linha de frente da defesa territorial.

Por isso, nos espaços que organizo e facilito, procuro ter uma visão interseccional no momento de tomar decisões, principalmente para propiciar a participação e a inclusão de perspectivas de pessoas diversas, garantindo a representatividade e a conscientização das realidades diferenciadas que vivemos. Sei que são as pessoas que participam de fato, as que alcançam poder de decisão, as que vão construir a política climática e ambiental. Por essa razão, precisamos formar equipes diversas e representativas. É a partir dessas equipes que podemos obter soluções resilientes e eficientes para a implementação.

Ferramentas para sanar falhas na participação de todas, todos e todes

“Acredito que estamos à mercê do tipo de participação que tivermos”

Vejo que a maioria dos espaços voluntários, de sociedade civil e organização, são integrados por mulheres. De fato, muitas vezes precisamos buscar ativamente homens, pensando justamente na representatividade que queremos promover. No entanto, na hora de falar com quem toma as decisões políticas, costumamos encontrar uma maioria de homens. Suas vozes são as mais reconhecidas e, portanto, as que são validadas e consideradas portadoras da verdade. Também costuma acontecer com frequência que, quando há uma mulher na mesa de decisões, ela é menosprezada e tachada, por exemplo, de mandona. Isso já aconteceu comigo. Quando é minha vez de liderar, sou “mandona”, “a chefe”. Quando é um homem, ele é “empreendedor”, “o líder”.

A participação das mulheres deve ser qualitativamente significativa e ir além de uma mera consulta. Para tanto, acho essencial que haja um monitoramento e uma prestação de contas subsequente, uma vez aprovadas as estratégias construídas em conjunto. Acredito que estamos à mercê do tipo de participação que tivermos e da implementação e consideração efetiva de nossas vozes.

Para nos prepararmos para os desastres e possibilitar soluções inteligentes, vejo que é fundamental inovar e fortalecer as capacidades da sociedade civil para facilitar a formação de redes e a troca de conhecimentos. No cenário atual, é fundamental que os países do Sul global recebam os fundos prometidos, garantindo autonomia suficiente para usá-los segundo suas necessidades espe-

cíficas, sem, é claro, negligenciar o acompanhamento com critérios adequados aos diferentes contextos e suas populações. Finalmente, também acho que a arte é essencial como ferramenta para promover as transformações sociais de que precisamos para desenvolver a resiliência comunitária.

Rede de Jovens para a Redução do Risco de Desastres para as Américas e o Caribe

Como plataforma que integra e fortalece a ação das gerações mais jovens na redução do risco de desastres ambientais, surgiu devido a dois fenômenos problemáticos. A crescente vulnerabilidade da região a desastres naturais, especialmente os relacionados às mudanças climáticas, e a consistente sub-representação de pessoas jovens da região nos espaços globais.

Ela foi originada após a formação da Plataforma Global de Redução de Riscos de Desastres, em 2022, e foi lançada oficialmente durante a VIII Plataforma Regional

sobre o tema, que ocorreu no Uruguai. Seu principal objetivo é o desenvolvimento de habilidades e a cooperação para a redução do risco de desastres, promovendo a participação das gerações jovens na tomada de decisões e na criação de políticas inclusivas. Por meio de programas de treinamento, diálogos e do uso das redes sociais, ela promove a capacitação técnica, mobilizando o engajamento de jovens de 41 países da região e integrando cerca de 600 membros.

DANIELA CHACÓN





Daniela Chacón, cofundadora de Mujeres en Movimiento, falando de Quito

“ É primordial discutirmos o trabalho doméstico não remunerado no contexto de uma transição verde e justa

Desde o Conselho de Liderança de Placemaking até as salas de aula da Universidade das Américas, no Equador, onde leciona Relações Internacionais, Daniela reconhece seus privilégios. Aos 32 anos, foi vice-prefeita de Quito e conduziu com afinco o programa Cuéntame, cujo objetivo era combater o assédio no transporte público. Em 2019, foi destacada como uma das vozes feministas notáveis no âmbito do transporte por sua liderança no *Women Mobilize Women*. Advogada pela Universidade San Francisco de Quito, bolsista da *Fulbright* em 2009 e com mestrado em Administração Pública pela Universidade George Washington, nos Estados Unidos, Daniela continua se movendo em várias direções: impulsionou e dirige a Fundação *TANDEM* e cofundou *Mujeres en Movimiento*.

Sofri vendo quanta discriminação nós sofremos, e como, por ser mulher, eu precisava me esforçar duas vezes mais para demonstrar que merecia estar ali

Há dez anos, iniciei minha carreira política. Cresci como uma mulher privilegiada e tive acesso a muitas oportunidades, mas, quando cheguei à vice prefeitura de Quito, percebi a violência e a sexualização constantes enfrentadas pelas mulheres na política. Sofri vendo quanta discriminação nós sofriamos, e como, por ser mulher, eu precisava me esforçar duas vezes mais para demonstrar que merecia estar ali. Essa experiência me fez sair do armário feminista e começar meu processo interno de compreensão sobre como a questão de gênero afeta minha vida.

Uma mulher da região que me inspira em minha atuação por uma transição verde e justa é Paola Tapia Salas, ex-ministra de Transportes e Telecomunicações do Chile e uma das fundadoras de *Mujeres en Movimiento*, rede que também ajudei a fundar com um grupo de mulheres fantásticas. Todas nós trabalhamos atualmente no setor de transportes na região, e foi a partir disso que cofundamos essa rede ibero-americana, que busca promover lideranças femininas na agenda da sustentabilidade, com

foco especial na mobilidade sustentável. Nosso objetivo é integrar a perspectiva de gênero no planejamento dos sistemas de mobilidade e na geração de conhecimento.

A potência do feminismo no âmbito do transporte

O reconhecimento de uma mulher dizer que se sente muito mais segura em viajar de transporte público porque sabe que estará protegida é realmente transformador

Trabalho para integrar a perspectiva de gênero aos eixos que orientam a política pública municipal de mobilidade, como segurança cidadã, acesso a serviços básicos e participação cidadã. Uma das iniciativas que tenho coordenado é o Projeto *Ciudades para Mujeres*, desenvolvido com o objetivo de ajudar os municípios a compreenderem as lacunas de gênero. Sabemos que, no âmbito local, é crucial que os governos assumam suas responsabilidades em preencher essas lacunas dentro de suas competências, utilizando o conhecimento disponível. O reconhecimento de uma mulher dizer que se sente muito mais segura em viajar de transporte público porque sabe que estará protegida é realmente transformador.

Felizmente, por meio do nosso trabalho na Fundação *TANDEM*, temos observado que as organizações de mulheres demonstram maior empoderamento para exigir melhores serviços e respostas do governo com base em dados e conhecimento. Por exemplo, por meio de um exercício chamado "*Mis Tiempos, Mis Actividades*", conseguimos que mulheres e homens descrevessem o que faziam a cada hora do dia. Então, contabilizamos o tempo remunerado versus o não remunerado. Os resultados forneceram uma base quantificável para fazer novas exigências, e para isso foi fundamental que as mulheres conhecessem seus direitos e usassem o regime de participação cidadã do Equador.

Desafios para avançar na incorporação da perspectiva de gênero

“Temos que pensar nas mulheres como sócias, proprietárias, com poder de decisão

Apesar dos avanços, falta compreender a perspectiva de gênero como um conhecimento técnico que vai além da simples contratação de mulheres. Precisamos deixar

de entender essa perspectiva como uma extensão do trabalho de cuidado não remunerado e começar a reconhecer que, quando aplicada ao desenvolvimento de políticas públicas, ela oferece um retorno significativo para a sociedade. Por isso, é primordial discutirmos o trabalho doméstico não remunerado no contexto de uma transição verde e justa a partir da mobilidade, pois o cuidado está presente em muitas outras formas de discriminação, desigualdade e violência.

Temos que pensar nas mulheres como sócias, proprietárias, com poder de decisão. Uma experiência interessante é o sistema das *Manzanas del Cuidado*, desenvolvido e implementado em Bogotá pela ex-prefeita Claudia López. Trata-se de uma fórmula centrada em promover medidas pontuais e econômicas de fácil implementação para facilitar o dia a dia da população. Isso inclui, por exemplo, máquinas de lavar automáticas e acessíveis, que possibilitaram às mulheres locais recuperar até seis horas semanais de seu tempo.

Mujeres en Movimiento

Mujeres en Movimiento é uma rede ibero-americana que reúne mais de 400 mulheres latino-americanas. Criada em 2008, no âmbito da primeira conferência de *Women Mobilize Women*, a rede tem como missão promover lideranças femininas na agenda da sustentabilidade, com foco especial na mobilidade sustentável. Sua missão é promover lideranças femininas na agenda da sustentabilidade, com foco especial na mobilidade sustentável. A rede trabalha para integrar a perspectiva de gênero no planejamento dos sistemas de mobilidade e na produção de conhecimento, uma necessidade ainda pendente em muitos níveis.

Um de seus projetos mais destacados é o programa *Lideresas Urbanas*, por meio do qual convocam mulheres da região para equipá-las com conceitos, ferramentas técnicas de planejamento e implementação, bem como competências sociais para negociar e impulsionar a perspectiva de gênero na tomada de decisões. Além disso, a rede conta com um diretório de especialistas e tem

desenvolvido uma rede de mentorias remuneradas, que conecta mulheres experientes a jovens que estão começando suas carreiras em prol de uma transição verde e justa.

Para fortalecer ainda mais seu impacto, *Mujeres en Movimiento* busca fazer parcerias com organizações lideradas por mulheres. Essa colaboração destaca um de seus principais pontos fortes. A abordagem não é apenas teórica, mas também profundamente prática.

EMIKO SEPÚLVEDA





Emiko Sepúlveda, coordenadora geral da Conferência Nacional da Juventude e Infância sobre Mudança do Clima no Chile falando de Santiago



Criar oportunidades acessíveis de capacitação e educação é fundamental

Formada como engenheira de Recursos Naturais Renováveis pela Universidade do Chile, Emiko atuou como *Youth Climate Delegate* na Conferência das Partes nos Emirados Árabes. Também é co-coordenadora geral da *Local Conference of Youth*, um espaço onde a juventude chilena advoga pela ação climática. Seu caminho, no entanto, começou a ser traçado muito antes: desde a Associação Chilena de Municipalidades para a representação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que atua em seu país, ela vem dedicando a vida à adaptação climática, colaborando com organizações como *Adapt Chile*, a FAO e o Ministério do Meio Ambiente do Chile. No seu trabalho atual na agência de consultoria *Airefresco* segue construindo um futuro sustentável a partir da mobilização dos jovens e do compromisso comunitário.

“Poder nos acompanhar, para além da causa e da coletividade, me dá esperança, porque estou colocando em prática o que quero para o mundo

O meu feminismo começou quando entendi a injustiça no fato de que a mulher recebe um tratamento diferente, e não igualitário. Eu acho importante questionar essa desigualdade como uma forma de abuso sistêmico. É daí que nasce a minha necessidade de ser feminista, para me defender.

Falo de um tipo de defesa que encontra inspiração no coletivo, em várias pessoas que me deram empurrões, amigas, amigos, amigues, livros, filmes e viagens que contribuíram para a forma como eu me comprometo para impulsionar ações para uma transição verde e justa. Poder nos acompanhar, para além da causa e da coletividade, me dá esperança, porque estou colocando em prática o que quero para o mundo.

Liderança e ativismo com uma perspectiva crítica

“A minha visão do ativismo juvenil começou com a Revolução dos Pinguins, o movimento estudantil que

estourou em 2006 no Chile, um dos mais importantes desde que voltamos à democracia no meu país

Não estou satisfeita com a maneira como se tomam as decisões que afetam toda a sociedade. Porém, estou disposta a colaborar com quem for preciso para conseguir que essas decisões sejam as melhores possíveis. Sempre tive um espírito de liderança, e não me é custoso ocupar esses espaços de responsabilidade. O que é difícil é ser líder diante das barreiras socioculturais próprias do meu país, e comuns na América Latina, que muitas vezes me levaram a ser rotulada “muito crítica”, “mandona” e “inexperiente”.

Com o tempo e a experiência, pude identificar que a maioria dessas barreiras são associadas à minha condição de mulher, e mais ainda, jovem. Hoje sei que, em muitas ocasiões, não fui considerada por conta do meu gênero. Além disso, tive que enfrentar constante *mansplaining*. Essa conduta masculina geralmente é reproduzida em contextos mistos em que os homens assumem que precisam explicar as coisas para as mulheres, um fenômeno, infelizmente, muito comum nos espaços de maior poder e responsabilidade. Persisti, enfrentando

esses, e outros obstáculos, para participar das decisões de questões comuns em diferentes níveis nos quais costumo me envolver. Sempre me interessei pela democracia e governança das bases e para a bases.

A minha visão do ativismo juvenil começou com a Revolução dos Pinguins, o movimento estudantil que estourou em 2006 no Chile, um dos mais importantes desde que voltamos à democracia no meu país, e continuou com o movimento estudantil de 2011. Foi naquele momento que os espaços universitários funcionaram como catalisadores de questionamentos políticos e sociais. Também foram criadas condições para que as mulheres levantassem suas vozes.

Felizmente, o ativismo tem se transformado, especialmente com a chegada das redes sociais. E, embora ainda tenhamos muito espaço para melhorar, especialmente no que diz respeito a limitar os discursos de ódio que ofuscam nossas ações, levantando-se outras mais construtivas, também reconheço que esse tipo de ação coletiva tem um grande potencial de fomentar o auto-aprendizado.

É chave criar oportunidades acessíveis de capacitação e educação. No meu caso, a curiosidade que nasceu em diferentes espaços de ativismo me trouxe a necessidade de saber mais sobre políticas públicas. Tive a sorte de cursar a quarta edição da Escola de Líderes e Mulheres Jovens de *Comunidad Mujer* e o curso do Ministério do Meio Ambiente do Chile sobre a integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas de mudança climática. Essas formações foram essenciais, já que me forneceram ferramentas e referências para compreender a minha realidade.

Ação climática e questionamento do consumo

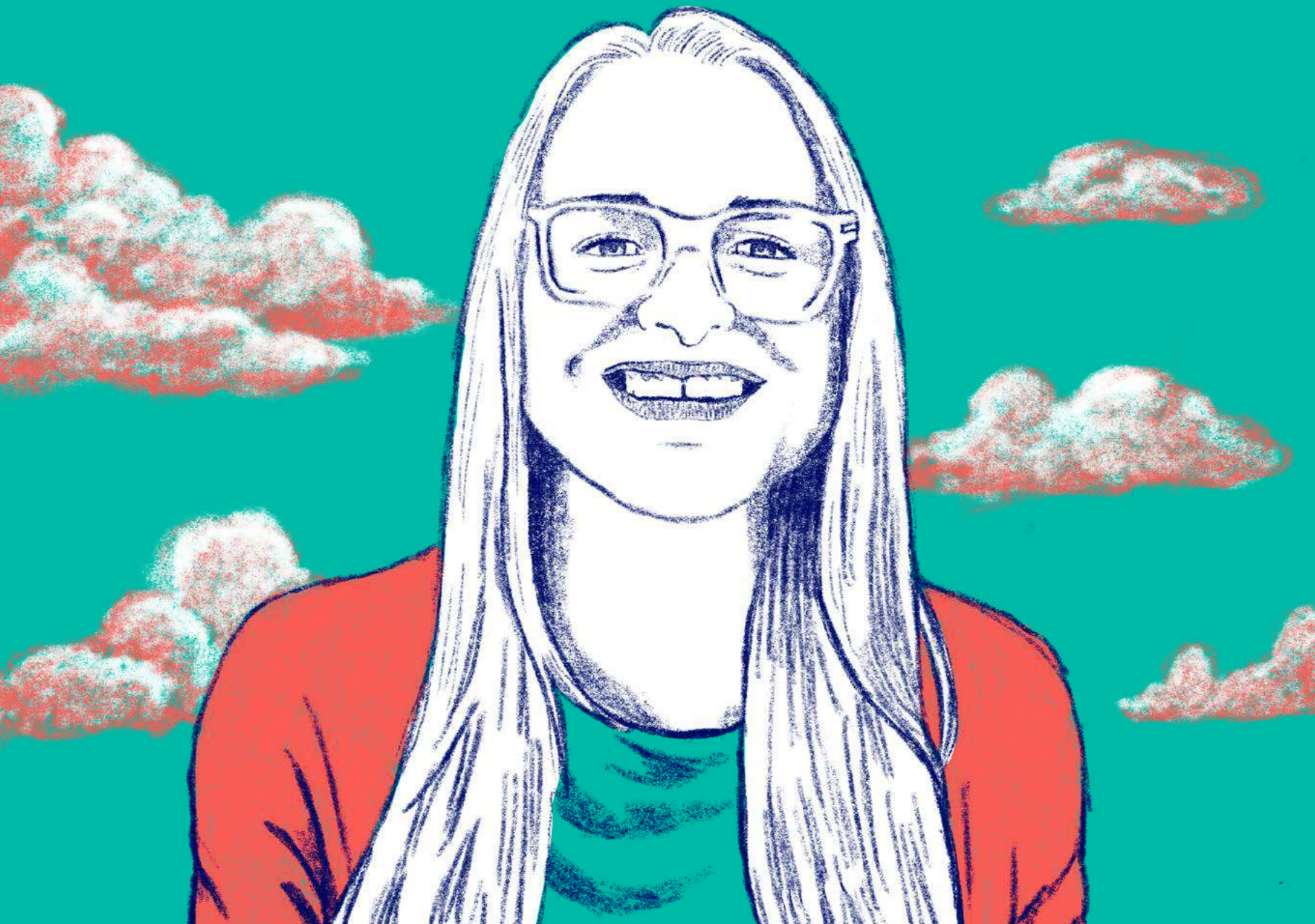
 **Consumimos tudo em excesso, desde o nosso planeta até nossos corpos e espíritos.**

Tenho participado na construção de redes juvenis presentes nos mais diversos espaços. Meu objetivo é provocar uma reflexão sobre práticas pouco democráticas que são normalizadas e trabalhar para erradicá-las do nosso entorno. Dentro desse esforço, estamos desenvolvendo um podcast chamado *Las Juventudes Dicen*, que destacará vozes e opiniões jovens sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

Defendo a ação climática feminista interseccional, mas advirto que esta perspectiva pode ser *tokenizada* ou idealizada, de modo que as mulheres sejam incluídas apenas para parecer que as questões de gênero estão sendo observadas, mas sem outorgar a nós um papel verdadeiramente influente ou significativo na tomada de decisões. Minha postura é que não devemos romantizar as mulheres como cuidadoras ou especialistas no cuidado com as pessoas e o meio ambiente, já que isso contribui para nos renegar e impedir nosso acesso a espaços de poder.

O enfoque atual sobre a crise climática não está abordando a raiz do problema. Esta se encontra no sobre-consumo e na sobre-exploração. Consumimos tudo em excesso, desde o nosso planeta até nossos corpos e espíritos. Nos concentramos em satisfazer a demanda e aumentar a eficiência, mas não questionamos as lógicas que sustentam essas necessidades de consumo. Acredito que a chave está em não se render, em encontrar um equilíbrio que nos permita cuidarmos um do outro como parte da natureza, sem esquecer nossa identidade coletiva. Essa causa é da sociedade, somos um coletivo que deve ser protegido.

FRANCES FULLER





Frances Fuller, diretora de Escritórios Globais em *Climate Analytics*, falando de Nova York



Estamos negligenciando o estresse pós-traumático e os impactos que os desastres estão causando nas pessoas

Frances é bacharel em Bio-Geociência Ambiental e Ciência Ambiental pela Universidade de Leeds, e tem mestrado em Meio Ambiente, Política e Globalização pelo *King's College* de Londres. Ela obteve um certificado em Tendências e Finanças do Mercado de Energia Renovável pelo Instituto de Energias Renováveis. Antes de assumir seu cargo atual em *Climate Analytics*, onde também trabalha como especialista sênior em Implementação, atuou como consultora da *Alliance of Small Island States*, fez parte da equipe de apoio às mudanças climáticas do secretário-geral das Nações Unidas e foi assistente especial do presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. Também atuou no governo de Antígua e Barbuda, como oficial de meio ambiente e assessora especial do departamento de meio ambiente.

Acredito firmemente que, quando pensamos conjuntamente como uma comunidade, podemos encontrar as soluções certas

Minha motivação vem do lugar onde nasci. Passei a maior parte das férias escolares na infância em Barbuda, a ilha irmã de Antígua, realmente imersa na natureza. Ao crescer, percebi que as coisas estavam mudando e comecei a entender um pouco mais sobre os impactos da mudança climática. Na universidade, aprendi mais sobre a ciência e comecei a perceber como países como o meu são afetados de forma desproporcional. Isso realmente me inspirou a me envolver.

Sempre fui cercada por mulheres fortes e continuo me inspirando nelas. Minha mãe, minhas irmãs, minhas tias e minha avó. Uma das mulheres que me inspiraram ao longo do caminho rumo a uma transição verde e justa foi a embaixadora Dianne Black Layne, uma verdadeira força a ser reconhecida. O que mais me dá esperança são as pessoas e a rapidez com que as tecnologias e as soluções evoluem. Podemos criar por meio da colaboração. Hoje existem soluções que você nem sonhava há cinco anos. Acredito firmemente que, quando pensamos e atu-

amos conjuntamente como uma comunidade, podemos encontrar as soluções certas.

Percepções sobre a promoção de gênero e inclusão social no Caribe

Precisamos de abordagens que considerem toda a economia, tornando as pessoas mais resilientes e dependentes de produtos locais

Não há representantes suficientes da nossa região no discurso internacional sobre clima e biodiversidade, e precisamos incentivar fortemente essa participação. As pesquisas têm mostrado que o gênero e a inclusão social são cruciais para uma ação climática eficaz e para soluções sustentáveis. O contexto é tão diferente em diferentes regiões, e até mesmo em diferentes países. Como agentes temporários, precisamos ser sensíveis a essas diferenças. Um dos principais desafios em nossa região é que grande parte da vida econômica acontece no setor informal, para o qual não temos dados, muito menos dados desagregados por gênero, que nos permitam compreender como ele se apresenta.

Precisamos desvendar o que queremos dizer em comunidades que não estão familiarizadas com essa linguagem de abordagens sensíveis ao gênero, porque, afinal, isso não significa uma participação de 50/50 em todas as atividades, mas que você está avançando ativamente em conjunto. Para mim, uma prioridade é ampliar o alcance da mensagem e ser mais inclusiva, incluindo grupos de igrejas, grupos comunitários, sociedade civil e pequenas empresas. Uma experiência muito positiva que tive recentemente ao incluir gênero e inclusão social em nossos projetos foi com o Escritório de Assuntos de Gênero. Eles têm uma riqueza de conhecimento e compreensão sobre questões de todo o espectro da economia. No entanto, em geral, há poucos exemplos de inclusão social e de gênero apropriados em políticas ou projetos.

Identifico dois motivos principais para isso. Por um lado, os pequenos estados insulares têm capacidade limitada e estão altamente endividados, muitas vezes enfrentando outras prioridades. Isso está progredindo lentamente com a evolução do financiamento climático internacional e o reconhecimento de questões específicas de acesso. Por outro lado, eles são altamente dependen-

tes de importações de combustíveis fósseis e de outros produtos. Criar resiliência não se trata apenas de descarbonizar os setores de transporte e energia, mas também de como viabilizar a transição em setores importantes, como o turismo e a agricultura. Precisamos de abordagens que considerem toda a economia, tornando as pessoas mais resilientes e dependentes de produtos locais.

As partes não econômicas ou não tangíveis que as mulheres veem (co-benefícios, adaptação, resiliência etc.) são essenciais e muitas vezes negligenciadas no debate sobre o clima no Caribe. Seria altamente benéfico ter mais mulheres nessa conversa. As mulheres são agentes de mudança e, quando incluídas na tomada de decisões, obtêm-se soluções holísticas que beneficiam a todos, pois historicamente elas pensam em todos e todas, menos em si mesmas. Os programas de mentoria são uma abordagem fundamental para lidar com alguns dos obstáculos enfrentados pelas mulheres ao entrarem nesses espaços. É fundamental ter mulheres apoiando outras mulheres.

Ação climática inclusiva para soluções duradouras

Vejo as mulheres e os grupos marginalizados não apenas como beneficiários, mas como participantes do processo

Estamos negligenciando o estresse pós-traumático e os impactos que os desastres estão causando nas pessoas. As mulheres e os grupos marginalizados enfrentam os maiores impactos de eventos como furacões, que podem simplesmente destruir toda a sua vida em questão de horas. O som do vento é aterrorizante. Políticas climáticas que ignoram essas vulnerabilidades e carecem de abordagens inclusivas não conseguirão oferecer soluções eficazes e de longo prazo.

Nas consultas às partes interessadas, vejo as mulheres e os grupos marginalizados não apenas como beneficiários, mas como participantes do processo. Por isso, desenvolvemos nossa verificação para averiguar como participar, quem estará envolvido e o escopo e a durabilidade de seu envolvimento. É bom ver consultas que incluem toda a sociedade e fornecem uma infraestrutura que permite a participação ativa de todos e todas.

Há muitas pesquisas sobre o enorme impacto de dar dinheiro diretamente a empresas, grupos comunitários ou projetos liderados por mulheres. Precisamos mudar a forma como o financiamento climático é fornecido. Garantir que uma porcentagem mínima dos fundos climáticos seja destinada a iniciativas lideradas por mulheres ou minorias ajudaria. Precisamos repensar os fluxos de risco e financeiros com abordagens inovadoras para criar uma rede de segurança para as pessoas mais vulneráveis.

Limitar o aquecimento global à meta de 1.5°C não pode ser feito às custas das pessoas vulneráveis que já estão sendo afetadas. Não podemos continuar com uma abordagem colonial para a descarbonização que não é inclusiva e só perpetuará problemas contínuos nessa nova economia que estamos tentando construir. Será um desafio usar as mesmas soluções para sair das dificuldades que estamos enfrentando atualmente.

LETÍCIA SABINO





Leticia Sabino, fundadora e diretora do Instituto Caminhabilidade, falando de São Paulo

“ Me preocupa especialmente a naturalização da violência e do medo que as mulheres têm da cidade

Leticia estudou Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e fez pós-graduação em Economia Criativa e Cidades Criativas, na Fundação Getúlio Vargas. Também é mestre em Planejamento de Cidades e Desenho Urbano pela *University College London* com bolsa do *Chevening*. Além de seu cargo atual, é consultora, e foi cofundadora de iniciativas como *Empathy Walks*, Associação para a Mobilidade a Pé em São Paulo e Rede Latinoamericana por Cidade Caminháveis. Também fez parte da Comissão Técnica de Mobilidade a Pé e Acessibilidade na Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). Pela sua atuação no Instituto Caminhabilidade, em 2013, foi reconhecida com o Prêmio Criativar do Santander, em 2014, com o Prêmio Sinal Livre pela Mobilidade Urbana da Liberty Seguros, e em 2020, como uma das vozes feministas de destaque no setor de transporte pela iniciativa *Women Mobilize Women*. Também foi a mobilizadora da Paulista Aberta em São Paulo, programa que há dez anos abre uma das principais avenidas da cidade para as pessoas aos domingos e feriados.

Estou há 12 anos debatendo, refletindo, escrevendo e construindo cidades mais caminháveis

Estou há 12 anos debatendo, refletindo, escrevendo e construindo cidades mais caminháveis. A motivação para fazer cidades melhores para se viver foi depois de ter uma experiência vivendo na Cidade do México em 2010, que já tinha políticas públicas de lazer no espaço público e de mobilidade ativa que ainda não tinham no Brasil, como a Avenida Reforma para lazer aos domingos e estações de bicicletas compartilhadas. Em 2015, tive a oportunidade de morar em Londres durante o mestrado e me aprofundar em desenho de espaços públicos e metodologias participativas. Mais recentemente, para ampliar meus conhecimentos e perspectivas sobre cidades brasileiras, acabei me tornando um pouco nômade, tendo passado temporadas no Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, visitando projetos em diversas cidades.

Ao me dar conta que tanto a caminhabilidade como a perspectiva de gênero no setor de transporte são negligenciadas, apesar de serem maioria, quis trabalhar para fazer com que ambas as dimensões tivessem mais visibilidade e melhorassem a qualidade de vida das pessoas.

Algumas mulheres da região e colegas que considero inspiradoras são Kelly Augusto, coordenadora da Plataforma Latino-americana de Mobilidade Urbana Sustentável, Eveline Trevisan, coordenadora de Mobilidade Ativa de Belo Horizonte, e Taynara Gomes, consultora de diversos projetos para cidades com foco nas infâncias, entre muitas outras.

Caracterização do setor da mobilidade

A cidade para as mulheres é menor em território e horários devido ao medo

No setor da mobilidade, não há muito conhecimento ou dados sobre as lacunas de gênero e menos ainda de raça, o que dificulta a atuação interseccional entre raça, gênero e caminhabilidade, que é fundamental no Brasil, e que buscamos complementar com as nossas metodologias. Também há um longo caminho a percorrer para que os dados disponíveis reflitam a realidade da vivência das mulheres na cidade.

O medo de sair na rua, por exemplo, não é medido e nem considerado nas pesquisas de mobilidade, ou seja,

não se avalia a imobilidade, seus fatores ou até mesmo as estratégias de mobilidade das mulheres, como sair acompanhada, entre outros. Também são muito pouco georreferenciados, ou seja, não se relaciona as formas de se deslocar e os horários com os tipos de rua e a qualidade dos espaços. A participação das mulheres na tomada de decisões é essencial para se incorporar uma visão holística sobre a vida nas cidades que contemple necessidades e perspectivas mais complexas, como o cuidado, o entorno escolar e a autonomia das crianças e o acesso a áreas verdes. Nosso esforço para integrar a perspectiva de gênero na mobilidade concentra-se na área mais negligenciada de todas, que é a dos deslocamentos a pé. As dificuldades que normalmente encontramos são muito representativas da subvalorização, pois estamos falando da experiência das mulheres nas cidades, especialmente a pé, e não há setores da administração pública dedicados a isso, não há investimento nem políticas públicas específicas. Tanto o caminhar como a perspectiva das mulheres estão desassistidos nas cidades.

A cidade para as mulheres é menor em território e horários devido ao medo. A mulher não tem o mesmo acesso às ruas que o homem, e nem a liberdade de cir-

cular todos os horários. Me preocupa especialmente a naturalização da violência e do medo que as mulheres têm da cidade. Quando nos projetos perguntamos às mulheres se elas têm estratégias para enfrentar violências nos seus deslocamentos, a resposta é negativa. No entanto, ao perguntar o que elas fazem antes de sair, elas conseguem elencar diversas escolhas que são estratégias, como colocar sapatos confortáveis para poderem andar rápido, usar bolsas grandes para se protegerem do corpo dos homens no transporte público, e usar bicicletas a noite para se sentirem mais seguras do que a pé. Então a experiência das mulheres é também marcada por essa camada de preocupação e estresse, que está naturalizada nas suas rotinas, mas que molda seus deslocamentos e acessos a direitos, ampliando ainda mais as desigualdades de gênero.

Soluções frente aos desafios na área da caminhabilidade

Mulheres com ou sem filhos, jovens, idosas, pretas, periféricas, de diferentes orientações sexuais e grávidas, todas têm que ser protagonistas na avaliação do espaço público e na construção de soluções

Para encontrar soluções para os problemas enfrentados pelas mulheres na cidade, é importante institucionalizar a perspectiva de gênero. Poderia utilizar-se uma alocação orçamentária garantida por lei, que garanta linhas de financiamento específicas a nível federal, para serem implementadas pelos municípios auditorias de segurança de gênero e índices de caminhabilidade para projetos urbanos ou garantindo capacitação a técnicas e técnicos nas cidades que poderiam ser propostos pelo Ministério da Mulheres e Ministério das Cidades, para avançar neste tema. Atualmente, fazemos esses processos quando temos recursos, já fizemos em João Pessoa, Curitiba e Salvador em parceria com o BID.

Também sou a favor da criação de planos que exijam a participação cidadã e planos de caminhabilidade pois o prazo dos planos dura por diversos governos, podendo garantir mais continuidade. O reconhecimento público do trabalho das organizações e das mulheres através de prêmios, redes ou eventos, também ajuda a fortalecer essas iniciativas, especialmente se servirem para conectar pessoas que trabalham na área, e para proporcionar inspiração para continuarem no trabalho por uma transição verde e justa. Temos que exigir leis que exijam processos

participativos para desenvolver a visão cidadã nos projetos, como na Espanha, por exemplo.

Trabalhamos com dois grandes públicos: a administração pública e a população em geral. Na administração pública, é preciso lidar sobretudo com homens que nem sequer passeiam ou vivem na cidade, e conscientizá-los de como é difícil. O importante é eles caminharem, se colocarem no lugar da população e de seus problemas cotidianos. A participação tem que ser diversificada, porque as necessidades e as camadas de violência que enfrentamos são diferentes. Mulheres com ou sem filhos, jovens, idosas, pretas, periféricas, de diferentes orientações sexuais e grávidas, todas têm que ser protagonistas na avaliação do espaço público e na construção de soluções. E isso o que fazemos com as nossas metodologias, porém precisa-se de investimento para poderem ser escaladas e impactar de forma mais significativa a transformação das cidades.

PAOLA TAPIA





Paola Tapia, cofundadora de *Mujeres en Movimiento*, falando de Santiago de Chile



A pobreza segue tendo rosto de mulher

A promoção de Paola à autoridade máxima do Ministério de Transportes e Telecomunicações do Chile, no ano de 2017, contrariou a tendência histórica de nomear apenas homens para esse importante cargo. As suas credenciais respaldam que fosse a primeira mulher a liderar este ministério: é advogada, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Chile, fez um mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, e duas especializações: uma em Gestão e outra em Políticas Públicas. Atualmente é Diretora de Transporte Público Metropolitano no mesmo ministério que chefiou. Além de participar da criação de *Mujeres en Movimiento*, foi a força motriz por trás da rede *Ciudad Futura* (Cidade do Futuro), onde promove a participação feminina e a equidade de gênero nas políticas de mobilidade urbana. Em 2023, a iniciativa *Women Mobilize Women* a reconheceu como uma das vozes feministas mais notáveis no ramo do transporte.

“ A liderança das mulheres é muito importante, porque quando você contempla o exemplo e reconhece o que outras mulheres podem fazer, você também ousa

Me motivo ao olhar os rostos que costumam ser invisíveis e transformá-los em necessidades e ações, pois entendo que, se tenho a oportunidade de ocupar um cargo público, é para me colocar a serviço da minha sociedade.

Reconheço que uma influência crucial nessa vocação de serviço é Michelle Bachelet, uma mulher que, no ano de 2006, mostrou a todas que era possível que uma de nós liderasse o país, ao converter-se na primeira mulher presidente do Chile, e que, além disso, teve a responsabilidade e a força de ocupar novamente esse cargo entre 2014 e 2018.

O potencial das redes de mulheres

“ É muito importante transversalizar essa perspectiva e gerar mais vozes feministas em todas as áreas

Acredito no potencial feminista para inspirar mais mulheres, especialmente as mais jovens. Temos que

assumir o desafio de criar programas de capacitação e acompanhamento que as fortaleçam. É claro que essa capacitação anda de mãos dadas com o conhecimento, com o compartilhamento de boas práticas e também com a nossa conscientização. Uma não está sozinha. Esses espaços e lideranças devem ser construídos e compartilhados.

Nesse caminho, precisamos ser valentes para enfrentar os desafios, confiar em nossas capacidades e em nosso preparo. Não se trata de uma competição, estamos trabalhando para desenvolver uma convivência saudável, em que possamos avançar e viver em uma sociedade mais justa.

É muito importante transversalizar a perspectiva de gênero e apoiar a criação de mais vozes feministas em todas as áreas, uma vez que os setores em que trabalhamos não estão isolados. Por exemplo, as políticas de mobilidade se relacionam com as de mudança climática e com as que promovem energias renováveis, além de várias outras, todas vinculadas com a participação feminina nos espaços de decisão.

Esta perspectiva pode fazer com que os espaços de poder, onde as políticas públicas são elaboradas, sejam mais sensíveis às vozes das mulheres. Temos que ir além de uma questão formal de recursos humanos e garantir que essa abordagem esteja presente em como planejamos, em como pensamos e como projetamos nossas cidades.

A mobilidade do cuidado no planejamento urbano

 **64% das mulheres dizem que o lugar mais inseguro da cidade é um ponto de transporte público**

Hoje sabemos que as mulheres são afetadas pelos problemas de mobilidade de forma particular: assumem trabalhos de cuidado, seja de crianças, de pessoas com deficiência ou da terceira idade. Por isso, é fundamental garantir seu acesso a um transporte público próximo, conectado com centros de saúde e educacionais, pensando sempre em diminuir o seu tempo do deslocamento. Essa é a abordagem que promove a mobilidade de cuidado.

Adotando essa perspectiva como base, no Chile criamos a primeira política de gênero e transporte do país e da América Latina. Conseguimos que ela fosse aprovada no Congresso em 2018, e a partir dela, desenvolvemos uma rota em colaboração com diversos setores. Também aprovamos que as empresas públicas contratassem mais de 40% de força de trabalho feminina, pois sabíamos que estávamos intervindo em um ramo dominado pelos homens, e era importante igualar a participação do motor do sistema, que são as pessoas que conduzem o transporte público.

Uma das ferramentas foi o Programa *Mujeres Conductoras*, que ofereceu um espaço de trabalho compatível com o desenvolvimento da vida privada das mulheres. Hoje vemos que a iniciativa proporcionou autonomia econômica e pessoal e gerou um ambiente mais humanizado no próprio sistema de transporte, até mesmo observamos índices que apontam uma redução no número de acidentes.

Também avançamos na eletromobilidade, uma mudança que melhorou as condições ambientais da cidade e, portanto, esperamos ter impacto na expectativa

de vida. Sabemos que uma habitante das zonas populares do Chile pode viver até 16 anos menos do que as que vivem em setores mais privilegiados. Isso se deve, principalmente, a razões ambientais, à falta de acesso oportuno e de qualidade a assistência médica e a limitações na mobilidade. Não há dúvida de que a pobreza segue tendo rosto de mulher.

Além disso, providenciamos pontos seguros e acessíveis, com perspectiva de gênero, o que consiste na instalação de um botão em braile e um painel de informações variáveis que informa a que distância se encontra o ônibus. Implementamos essa medida após obter a informação de alguns estudos de que 64% das mulheres dizem que o lugar mais inseguro da cidade é um ponto de transporte público. Felizmente, com este sistema, demos mais certezas às viagens urbanas.

Por fim, há pouco mais de um ano, criamos o primeiro Observatório Internacional de Gênero e Mobilidade. Com ele, junto a representantes das cidades de Buenos Aires, Bogotá, Cidade do México, La Paz, Lima e Santiago, temos compartilhado boas práticas e avançado na construção

colaborativa de uma linha de base para desenvolver indicadores em matéria de segurança, participação feminina e outros aspectos relevantes da mobilidade do cuidado.

ROSA RIQUELME





Rosa Riquelme, directora ejecutiva de la Agencia de Sostenibilidad Energética, desde Santiago

“ Ante problemas complejos, incluir a las mujeres es una oportunidad para una mayor integralidad

Rosa es licenciada en Ciencias Económicas por la Universidad de Chile y tiene un diplomado en Economía e Igualdad de Género. Antes de ocupar su posición actual, trabajó en el Ministerio de Energía de Chile, en eficiencia energética, así como en el Ministerio de Educación, en la secretaría ejecutiva de Primera Infancia. Es reconocida como Embajadora de *Women in Energy*, programa del *World Energy Council*.

Me motiva trabalhar por uma sociedade mais justa para as pessoas de hoje e para as do futuro

Gosto de me movimentar em espaços que me permitem potencializar meu impacto público, me entusiasma dedicar meu tempo a ações que tenham utilidade social, e não só econômica. Me motiva trabalhar por uma sociedade mais justa para as pessoas de hoje e para as do futuro. É um desafio planetário e uma oportunidade para que as gerações futuras possam desfrutar de um ambiente habitável, para que não sejam despojadas de seus territórios e de sua história.

Quando me candidatei ao meu cargo atual, foi com vontade de trazer muitas ideias para implementar na agência. Pensei que, mesmo que eu não conseguisse a vaga, ao menos poderia fazer com que escutassem minhas ideias. Eu queria que soubessem que há muito a fazer e um grande potencial a ser desenvolvido. Essa força e inspiração vêm de família. Minha avó me inspira em todos os meus esforços por uma transição verde e justa, pela resiliência que incutiu em mim. Ela é de origem humilde, de modo que me ver crescer foi um sonho, e, para mim, perseguir esse sonho, com a confiança de que

sempre é possível, é uma força interior muito linda que ela me presenteou.

Transição energética justa: Inclusão e enfoque de gênero

Essa transição tem que ser justa, e, para que seja justa, deve ser com todas e todos

Diante de problemas complexos, incluir as mulheres é uma oportunidade de maior integralidade. Como transversalizar a perspectiva de gênero é uma prioridade relativamente recente, faltam competências técnicas, ferramentas e modelos que permitam trabalhar com a complexidade. Isso faz parte de um diálogo institucional, mas também é uma questão bem pessoal. Temos feito um forte trabalho, de muita conversa, diálogos e esforços para ampliar a compreensão, a fim de avançar na incorporação dessa abordagem em todas as áreas.

Trabalho integrando a transversalidade, incorporando o enfoque de gênero em todas as nossas iniciativas de sustentabilidade, bem como a territorialidade, para que nosso trabalho seja pertinente à realidade local, pois sem-

pre há um território e pessoas nele impactadas. Além disso, acredito na importância de vincular e gerar informação para tomarmos melhores decisões.

Essa transição tem que ser justa, e, para que seja justa, deve ser com todas e todos. Na transição energética, desde o setor extrativista e a mineração até o desenvolvimento de energias renováveis, tem sido cometidas muitas injustiças com as comunidades. Por isso, devemos mudar a forma de trabalhar com elas, considerando-as como beneficiárias, mas também como atores que vão desempenhar um papel fundamental.

As mulheres devem fazer parte dessa transição e do mercado de trabalho que se gere nos territórios a partir desse desenvolvimento. É preciso identificar os espaços da cadeia de valor em que elas têm um lugar efetivo e o que falta para que elas possam contribuir nos outros, analisando suas opções de emprego. Somente se abrirmos os espaços de participação é que teremos uma transição apoiada pela população, e, portanto, sustentável. A energia renovável tem a oportunidade de ser um mercado diferente, desde que consiga incorporar as pessoas, de modo mais distributivo, e se efetivamente os benefícios chegam à sociedade na sua totalidade.

Acredito que a resposta está na eficiência energética e na descompressão da demanda, como resultado de uma mudança cultural. Vejo na energia cooperativa e na geração distributiva, com equipamento remoto, uma alternativa para garantir o acesso de toda a população. Estamos trabalhando nisso com muitas mulheres líderes nos territórios, mediante, por exemplo, o programa Comunidade Energética.

O problema da masculinização da transição energética

Muita gente acha que, se você for à universidade, sairá totalmente preparada. Mas não é assim, porque não te preparam para enfrentar um mundo masculinizado

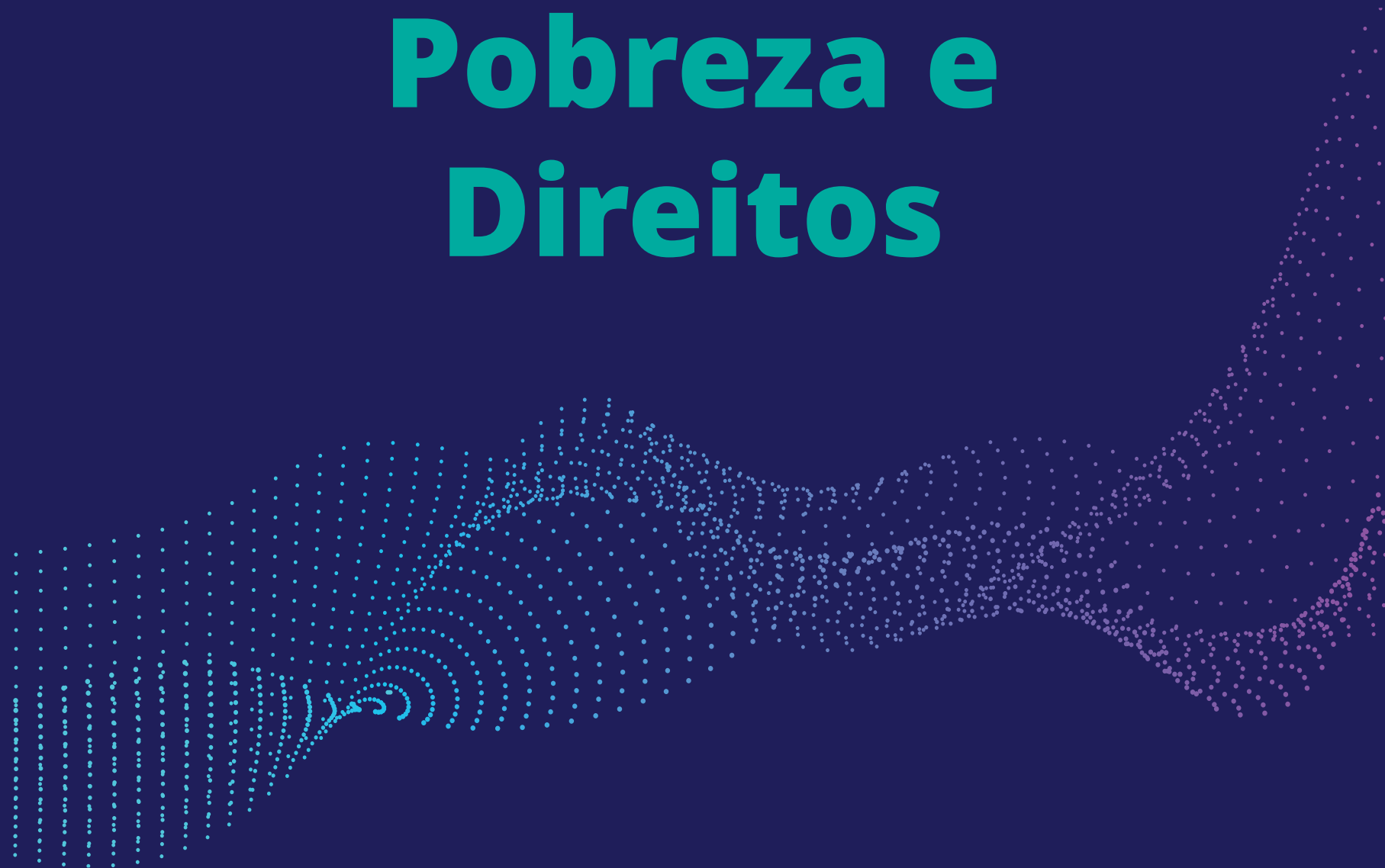
Muita gente acha que, se você for à universidade, sairá totalmente preparada. Mas não é assim, porque não te preparam para enfrentar um mundo masculinizado. É um desafio continuar trabalhando para que nossas vozes sejam escutadas, mesmo que o progresso seja lento e ainda precisemos suportar comportamentos e atitudes que nos desvalorizam, sexualizam, objetificam e infantilizam nesses espaços políticos, que costumam ser muito elitistas.

Se continuarmos assim, seguiremos perdendo talentos. Somente 1% da força de trabalho com certificação elétrica corresponde a mulheres, o que significa que a eletromobilidade não as está incluindo. Isso é grave pois sabemos que as empresas vão chamar pessoas com certificação. Para combater essa tendência negativa, temos avançado muito em programas de eletromobilidade com enfoque de gênero, que apresentam bons resultados, uma vez que as mulheres se comprometem mais e por mais tempo. Além disso, as mulheres costumam gerar redes entre elas, e identificar-se como um grupo.

Temos incentivado as empresas a aumentar os cargos ocupados por mulheres em funções diferentes daquelas que têm desempenhado tradicionalmente. As empresas ficam surpresas com os resultados, pois as mulheres são detalhistas e responsáveis. Outro marco foi a incorporação de uma linha de trabalho direto na área de ciências, tecnologia, engenharia e matemática, conhecida como STEM, na equipe das escolas, mostrando que há preconceitos de gênero no treinamento e, portanto, nas oportunidades de trabalho.

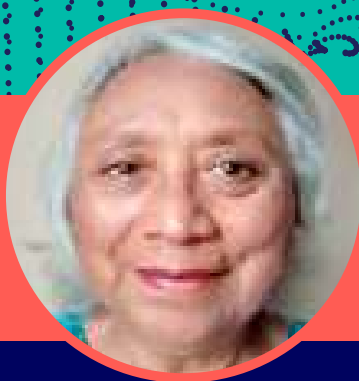
Por fim, na estrutura do nosso programa *Giro Limpio*, que foca em eficiência energética do transporte de carga, também incluímos essa abordagem e identificamos problemas no acesso aos banheiros e na duração das rotas que, por serem muito longas, não podem ser realizadas por mulheres, pois socialmente, é difícil para elas ficarem longe de casa por períodos prolongados. Essa identificação foi um primeiro passo para apoiar esta conversa, mas segue sendo complexo avançar na redução dessa lacuna.

Pobreza e Direitos



ANA MARÍA ACEVEDO





Ana María Acevedo, fundadora e diretora executiva da ONG HOMAS, falando de Lima, Peru



A liderança feminina é fundamental na promoção de serviços de água e saneamento

Com uma sólida formação acadêmica, sendo mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Ana Maria tem dedicado sua carreira a melhorar as condições de vida nas comunidades rurais. Iniciou sua trajetória profissional trabalhando com mulheres em refeitórios populares e, atualmente, integra a Coalizão Latino-Americana de Saneamento e Água Rurais. Também participa ativamente da iniciativa *Sanitation and Water for All* como representante do Peru e é membro do comitê coordenador da rede Peru SAN. Sua experiência inclui funções de destaque na ONG FOVIDA, onde representou a voz latino-americana no Comitê de Segurança Alimentar, e no Foro Saúde, onde atuou como coordenadora nacional. Além disso, prestou consultorias para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com foco em segurança alimentar e nutricional. Ana Maria também publicou um estudo sobre organizações da sociedade civil em água e saneamento em sete países da América Latina, no qual destacou o papel fundamental das mulheres no fornecimento de água para suas famílias.

“ Venho trabalhando há anos para contribuir com o desenvolvimento de uma cidadania comprometida, apostando pelo fortalecimento de nossa comunidade e pela construção de um país mais equitativo

Acredito firmemente na possibilidade de um futuro melhor para o Peru, e isso fortalece minha convicção de que, apesar de suas dificuldades e desafios, eu não trocaria o meu país por nenhum outro. Vejo o potencial de uma sociedade civil bem-informada, com experiência e capacidade de propor soluções. Por isso, venho trabalhando há anos para contribuir com o desenvolvimento de uma cidadania comprometida, apostando pelo fortalecimento de nossa comunidade e pela construção de um país mais equitativo.

Minha inspiração na luta por uma transição verde e justa vem de uma fonte próxima e poderosa: minha mãe, a primeira feminista que conheci. Seu exemplo me ensinou a necessidade de oportunidades iguais para homens e mulheres, pois a verdadeira riqueza de um país está em seu povo, em sua capacidade de mobilizar-se e no poder dessa população de gerar mudanças. Isso reforça meu compromisso de trabalhar por um Peru em que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Mulheres, liderança e água nas zonas rurais

“ As mulheres são as mais afetadas por questões ambientais, principalmente pela escassez de água de qualidade nas zonas rurais

Minha experiência profissional na coordenação de projetos voltados para uma transformação verde e justa tem me permitido identificar três papéis fundamentais que, em geral, as mulheres assumem nas comunidades rurais: o papel comunitário, o papel de cuidado e o papel de liderança, embora este último muitas vezes seja invisibilizado por padrões culturais que restringem o reconhecimento das mulheres fora da esfera doméstica.

Durante meu trabalho na organização de gerentes de comunidades e juntas administrativas de serviços de água e saneamento, que atendem quase toda a população rural, fiquei surpresa ao perceber que a maioria dos dirigentes eram homens, apesar da exigência regulamentar de incluir pelo menos 30% de mulheres nos espaços de tomada de decisão. Na prática, embora essa porcentagem fosse formalmente cumprida, tratava-se mais de um trâmite administrativo do que de uma implementação efetiva.

Isso é problemático, pois as mulheres são as mais afetadas pelos danos ambientais, especialmente pela escassez de água de qualidade nas zonas rurais. Essa situação impacta toda a região latino-americana, onde vemos a intensificação da migração da população rural para as cidades. A migração de mulheres jovens em busca de melhores oportunidades enfraquece a capacidade das comunidades de melhorar suas condições gerais de vida. As mulheres que permanecem nas áreas rurais geralmente ficam sozinhas, assumindo tanto os trabalhos de cuidado quanto a agricultura familiar, enquanto os homens se deslocam para trabalhos temporários em outras localidades. Isso perpetua as condições de pobreza e reforça a percepção de que a vida nessas áreas será cada vez mais difícil.

Sabemos que a pobreza extrema nessas regiões só é aliviada por meio do trabalho comunitário e da solidariedade, elementos profundamente enraizados na cultura das comunidades camponesas. Contudo, a tendência de privatização dos serviços e dos direitos à água em nossos países representa uma ameaça crescente à subsistência dessas comunidades, afetando os 30% da população que vive abaixo da linha da pobreza no Peru.

A situação nas cidades também está longe de ser ideal. Em Lima, por exemplo, cerca de 10% da população não tem acesso à água potável por meio da rede pública, e são as mulheres que acabam assumindo a responsabilidade de encontrar soluções para essa carência.

Empoderamento feminino e abordagem de direitos

“ Com uma abordagem baseada em evidências científicas, buscamos facilitar a troca de experiências e criar espaços onde as mulheres possam acessar posições de tomada de decisão

Na organização que dirijo, dedicamo-nos à conscientização sobre os direitos das mulheres. Isso é fundamental para empoderá-las, permitindo que exerçam sua cidadania plena e desenvolvam a capacidade de influenciar no aprimoramento das políticas públicas. Trata-se de um processo complexo, que visa fortalecer sua função na sociedade e redefinir também seu papel dentro de casa. É um trabalho necessário, e esperamos expandi-lo para promover uma abordagem de direitos em outras esferas. Além disso, é vital repensar o discurso público, a fim de evitar que o machismo continue perpetuando desigual-

dades, dificultando ainda mais o alcance dos nossos objetivos. Essa é uma dificuldade com a qual estou familiarizada, porque, embora sempre tenha sido respeitada pelo meu conhecimento nos espaços onde coordeno equipes, em outros contextos decisivos, como reuniões com prefeitos, enfrento uma constante subestimação inicial, que só se dissipa com o tempo. Essa realidade reflete como as mulheres continuam sendo menosprezadas, mesmo quando sua experiência e habilidades já foram claramente demonstradas.

Apesar dessas dificuldades, sigo trabalhando para dar visibilidade às lideranças femininas, especialmente na promoção de serviços de água e saneamento. Com uma abordagem baseada em evidências científicas, buscamos facilitar a troca de experiências e criar espaços onde as mulheres possam acessar posições de tomada de decisão. Um exemplo bem-sucedido é a Federação de Mulheres Camponesas do Peru, que foca em promover a participação das mulheres do campo, as mulheres empoderadas das cozinhas comuns que buscam soluções para o grave problema da fome nas cidades e as mulheres que gerenciam serviços de água e saneamento rural. A todas elas, meu reconhecimento pela construção de um país com mais justiça e equidade de gênero.

CAROL CHEHAB





Carol Chehab, diretora do Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural, falando de Quito

Podemos tirar as melhores lições da vida das mulheres do campo. É importante ouvi-las e abrir mais espaços para a participação delas

Carol é economista da Pontifícia Universidade Católica do Equador, com especialização em Comércio Exterior pela Universidade Nacional Autônoma do México e mestrado em Finanças Internacionais e Comércio pela Universidade de Barcelona. Sua experiência profissional é voltada para o setor rural, principalmente para a agricultura. Ela foi subsecretária de Comercialização no Ministério da Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca do Equador. Além da posição que ocupa atualmente, é diretora executiva e pesquisadora do Observatório de Comércio Exterior do Equador.

“Minha maior inspiração são as mulheres do campo, as agricultoras que trabalham e seguem em frente, apesar das restrições do cotidiano”

Me interessei pelos estudos sobre mudanças climáticas ao perceber seus efeitos sobre a produção, a renda de quem vive da agricultura e a segurança alimentar da população do Equador. Por isso, minhas maiores inspirações são as mulheres do campo, as agricultoras que trabalham e seguem em frente, apesar das restrições do cotidiano.

Podemos tirar as melhores lições da vida das mulheres do campo. É importante ouvi-las e abrir mais espaços para a participação delas. Meu trabalho é voltado a ampliar as oportunidades para que essas vozes sejam ouvidas. Também para que elas tenham maior participação na proposição de políticas e na tomada de decisões.

A situação das mulheres do campo no Equador

“É importante incorporar e dar visibilidade às mulheres como agentes de mudança.”

A questão de gênero vai muito além das mulheres. Ele inclui todas as pessoas precarizadas, inclusive aquelas

que vivem nas zonas rurais. Por isso, nossa ação contra as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade deve enfrentar as enormes carências existentes no meio rural.

No início de nossas ações, a participação de mulheres em espaços como conselhos consultivos ou comitês de mulheres era muito reduzida. Com o tempo, isso aumentou, mas ainda falta incorporar as mulheres que vivem em zonas rurais do Equador. Frequentemente, elas nos dizem que não são convocadas e que não recebem o treinamento necessário. Por exemplo, quando se fala de comércio justo, a ação é direcionada a pequenos produtores, sem considerar a intervenção de grupos de mulheres.

Essa forma de atuar não leva em conta o papel fundamental que as mulheres desempenham no funcionamento do setor agrícola e na segurança alimentar: elas são parte da produção, da comercialização, do lar e da agricultura familiar. Por outro lado, isso só gera visibilidade ao papel que desempenham como cuidadoras, desconsiderando outras múltiplas funções que exercem na sociedade. Isso deve ser mudado, e é importante incorporar e dar visibilidade às mulheres como agentes de mudança. Isso se faz com mais informação sobre suas

realidades e dando-lhes voz nas múltiplas questões das quais participam socialmente.

Como avançar em um recorte de gênero no mundo rural

Um recorte de gênero deve fazer parte das respostas aos efeitos das mudanças climáticas, desde o seu desenho até a definição da política pública

Há uma grande preocupação com fenômenos climáticos que não sabemos como enfrentar, como a seca, as inundações, as pragas e as doenças. Diante dos impactos da mudança climática, sabemos que podemos trabalhar mais os seguros agrícolas e a rastreabilidade dos produtos, dando visibilidade ao trabalho por trás da produção em pequena escala e gerando oportunidades e alternativas viáveis no mundo rural. Podemos também promover o trabalho rural, especificamente no setor agropecuário, considerando sua vulnerabilidade. E, em tudo isso, devemos adotar um recorte de gênero.

Esse recorte responde aos efeitos das mudanças climáticas, desde o projeto até a definição de políticas públicas, melhorando a capacidade de identificar as

necessidades da população. Embora tenhamos avançado substancialmente em proposições políticas com recorte de gênero, agora precisamos concretizá-las. Para isso, é essencial nos articularmos com os governos locais, onde ainda falta capacitação para incorporar essa perspectiva e garantir um papel na formulação de propostas. Dessa forma, também poderemos garantir que as mulheres sejam consideradas em igualdade de condições quando os grupos que receberão os benefícios forem identificados.

Para oferecer a essas líderes rurais uma oportunidade real de participar da tomada de decisões públicas, é fundamental considerar suas realidades. Muitas vezes, elas são convidadas para reuniões em áreas urbanas e em horários comerciais, o que dificulta sua participação, já que não dispõem dos recursos ou do apoio necessário para comparecer. Também precisamos tornar os espaços de decisão mais convocatórios. É preciso perguntar a elas quais são, politicamente, as suas necessidades. É preciso nos abirmos para que elas nos digam se desejam continuar produzindo milho ou arroz, pois talvez estejam buscando alternativas e não saibamos disso.

O importante é criar programas e projetos que impactem o território. É preciso levar em conta um trabalho direto com as pessoas dos setores rurais, pois são poucas as organizações existentes. Precisamos ir mais ao campo, promover mais o trabalho conjunto e apoiar a formação de organizações, bem como acompanhar as já existentes, sem sermos taxativos sobre o que elas precisam fazer.

Das ONGs, temos a oportunidade de fazer com que essas propostas sejam incorporadas pelos órgãos públicos. Podemos influenciar para que as mulheres sejam reconhecidas como protagonistas e tenham as mesmas oportunidades e direitos dos homens no âmbito público.

Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural

Fundado em 1986, o Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural é uma rede de investigação dedicada a compreender as mudanças nos setores rurais e a promover estratégias para um desenvolvimento territorial equitativo no Equador e em outros países da América Latina. Seu trabalho concentra-se em pesquisas sobre produção agrícola, desenvolvimento territorial e o impacto das políticas de mudanças climáticas nas áreas rurais.

Seus estudos adotam duas abordagens gerais: uma que reconhece o potencial do setor rural para além de quem trabalha no campo, fomentando a articulação entre os setores rural e urbano, e outra baseada no alerta pre-

coce e na perspectiva de gênero, incorporando as vozes das mulheres em todas as fases dos projetos.

O centro é financiado por fundos internacionais e busca influenciar os órgãos públicos, promovendo a igualdade de gênero no processo decisório. Um de seus projetos de maior destaque é o Siembra Desarrollo, que trabalha com organizações de mulheres para criar um modelo alternativo de produção de arroz, evitando o uso de fertilizantes e insumos agrícolas pouco sustentáveis. Além disso, oferece treinamento que capacita e empodera as mulheres, formando líderes comunitárias e fortalecendo sua capacidade de resposta a fenômenos naturais.

CÉLIA XAKRIABÁ





Célia Xakriabá, deputada Federal do Brasil pelo estado de Minas Gerais, falando de Brasília

“ A sociedade tem que entender que, quando os indígenas entramos na política, assumimos a responsabilidade de representar uma luta coletiva

O compromisso coletivo que norteia a vida de Célia está refletido em cada uma de suas conquistas acadêmicas e políticas. Ela foi a primeira mulher indígena eleita como Deputada Federal e a primeira doutoranda de seu povo pela Universidade de Minas Gerais, onde também estudou Formação Intercultural para Educadores Indígenas. Sua educação escolar se deu na Escola Estadual Indígena Xukurnuk, no território Xakriabá, onde também se formou como professora indígena. Além disso, obteve um mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pela Universidade de Brasília. A partir de seu cargo atual, e com o apoio da sua comunidade, reativou a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, preside a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e é membro suplente das Comissões de Legislação Participativa e de Cultura. Também liderou a criação da Bancada pelo Planeta na COP28. Seu trabalho, fortemente grupal, ficou em primeiro lugar na categoria Clima e Sustentabilidade do Prêmio Congresso em Foco.

“As estratégias políticas que avançarão neste século serão as que toquem profundamente o coração

Quando eu era criança, me inspirava nas formas de liderança que via em meu bisavô, meu avô e meu pai. Mas quando tive a capacidade de investigar, fazer perguntas à minha bisavó e a outras mulheres do meu entorno, meu entendimento acerca de liderança mudou. Compreendi que esses homens que eu admirava sempre tomavam decisões levando em conta a opinião das mulheres. Então eu soube que venho de um entorno inspirado pelas mulheres. Essa foi a origem do meu posicionamento político.

Meu vínculo com a cultura - entendida como instrumento de luta - me levou a escutar, ensinar e fazer política de maneira diferente. No meu caso, isso foi bem recebido, e poderia explicar que eu tenha sido eleita em 804 dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, antes mesmo de ter uma carreira política consolidada. Meu apelo climático, ambiental e cultural, e a emergência do meu chamado para cuidar e salvar a Terra alcançou uma maioria. Essa experiência me deixa convencida de que as estratégias políticas que avançarão neste século serão as

que tocam profundamente o coração.

O poder da cultura indígena na transição verde e justa

“Não será possível curar o planeta se não levamos em consideração mulheres e povos indígenas

Acho que as únicas agendas que têm capacidade de unir a sociedade são as que abordam questões climáticas, ambientais e de gênero. Isso é assim porque, além de ter um programa de ações específicas, elas pressupõem uma luta. Por exemplo, vemos que a descarbonização e o reflorestamento começam com uma mudança de consciência que se baseia em um processo de compreensão profunda do problema. Estamos falando de um assunto de sobrevivência, que não pode ser reduzido a uma questão política, mas deve ser tratado como uma questão humanitária.

E essa é a luta que me levou para a política. Não era possível ficar impassível diante do massacre que estávamos vivendo. Somos povos indígenas, ou seja, somos muito mais do que ativistas ambientais. Não podemos

simplesmente nos distanciar do problema e deixar de defender o território e o meio ambiente. Sou parte do povo cujas vidas estão ameaçadas, e meu maior sonho é que nós, indígenas, possamos voltar a dormir em paz.

No Parlamento estamos trabalhando, inspirando-nos pelo Equador e pela Bolívia, para tratar a natureza como sujeito de direitos na nossa Constituição. Para isso, nomeamos os biomas brasileiros: o Cerrado, a Amazônia, a Caatinga, os Pampas, o Pantanal e a Mata Atlântica para dar um passo à frente na proteção ambiental.

No entanto, isso não é o bastante a nível legislativo. Tentaram capturar a transição verde e justa de forma muito perigosa, como uma armadilha que facilita a perpetuação de padrões prejudiciais para nosso meio ambiente. O projeto colonial segue sendo reproduzido, e ainda temos um longo caminho a percorrer para abandonar essa forma de pensar. A legalização da tese do Marco Temporal exacerbou a violência nos territórios indígenas e provocará desalojamentos climáticos. Isso é ecocídio.

Nosso lugar de aprendizado continua sendo o território, é onde nos reencantamos enquanto comunidade,

onde vivemos nossas experiências e, também, reflorescemos. Me dá esperança ver que nossa presença produz mudanças positivas, que somos capazes de gerar transformações. Por isso, é importante ocuparmos o poder institucional e situarmos a questão indígena no centro do debate. Apostamos por nos posicionar contra qualquer desigualdade e violência climática, territorial e de gênero.

Não será possível curar o planeta sem levar em consideração mulheres e povos indígenas. Temos que entender que somos uma das últimas gerações que podem resolver a crise climática. E também que os povos indígenas são uma das poucas alternativas que restam para avançar na busca por uma solução, justamente por nossa forma de viver, pela relação que temos com o território e com o tempo.

Obstáculos à participação de mulheres indígenas na política

Queremos um processo de cura que seja coletivo

O racismo institucional sustenta a violência. É reproduzido diariamente contra nós, mulheres indígenas, de diferentes formas, inclusive nos espaços em que nossos direitos são supostamente defendidos. No início da minha carreira, era muito desconfortável ter que justificar o que significa ser indígena, mas hoje entendo que aqueles que questionam nossa identidade o fazem porque não conhecem suas origens.

Esses espaços políticos refletem a sociedade, e nela existe uma imagem pré-concebida da gente, patriarcal, que endossa a violência sexual contra nossos corpos para descredibilizar nossa presença social. Temos que assumir a responsabilidade de cuidar de nossos corpos, de nosso povo e nossos territórios, tendo em vista uma reparação histórica para com os povos indígenas.

Por isso, precisamos de mais mulheres e mais indígenas para derrotar esse capitalismo predatório. Para

as próximas eleições, queremos desenvolver um fundo partidário que apoie candidaturas indígenas, para que possam competir em condições de maior igualdade. Queremos um processo de cura que seja coletivo, baseado em nossa ancestralidade, e que rompa com a necropolítica que escolhe quem vive ou morre.

A sociedade tem que entender que, quando os indígenas entram na política, assumimos a responsabilidade de representar uma luta coletiva. Eu só vou descansar quando formos muitos, quando tivermos a tranquilidade de existir em liberdade e garantir um projeto de Brasil para o planeta.

GABRIELA GAVARRETE





Gabriela Gavarrete, fundadora do projeto Suma Un Bosque, falando de São Salvador

“ É necessário promover a proteção da biodiversidade como uma fonte de renda e emprego

Gabriela estudou Biologia na Universidade de El Salvador e, posteriormente, Ecologia no *Dickinson College*. Ela se dedica à conservação e à restauração dos ecossistemas de seu país. Como fundadora do projeto *Suma Un Bosque*, que impulsiona a organização juvenil *Un Pulmón Más*, ela trabalha junto às comunidades locais para restaurar florestas. Seu compromisso a levou a fazer parte do conselho diretivo da Sociedade Mesoamericana de Biologia da Conservação. Em 2022, seu trabalho foi reconhecido pelo Fórum Global de Paisagens, que a intitolou *Restoration Steward*.

Eu escolho fazer esse trabalho com comprometimento e de coração para promover mudanças

Meus estudos me deram a oportunidade de conhecer a fundo os diferentes contextos de El Salvador, e tenho visto quão cruel pode ser a realidade do meu país, onde muitas pessoas vivem em condições adversas. Por isso, não posso ficar parada, principalmente tendo o preparo e o conhecimento para contribuir com o meu trabalho. Eu escolho fazer esse trabalho com comprometimento e de coração para promover mudanças. Estou convencida de que, se não faço o que nasce em meu coração, não estou fazendo nada.

A mulher que inicialmente inspirou minha ação em prol de uma transição verde e justa foi minha avó, salvadorenha, rural e amante da botânica. Também reconheço a grande ajuda que recebi ao longo do meu processo de desenvolvimento profissional. Tenho visto muitos esforços fracassarem por falta de suporte. Também tenho visto as conquistas que podem ser feitas com mais companhia, quando se tem alguém para dizer: "Você tem uma boa iniciativa, pode contar comigo". Essa forma de nos apoiarmos umas às outras é a chave para alcançarmos os objetivos que traçamos.

Liderança feminista na restauração e conservação ambiental

 **Há muitas comunidades em que as mulheres assumem funções voluntárias de cuidar dos ecossistemas, mas sem apoio ou reconhecimento, logo, sua liderança se enfraquece e se perde**

Trabalho com mulheres líderes que se dedicam a transmitir seu conhecimento às próximas gerações em suas comunidades. Elas adquiriram esse conhecimento observando o seu entorno. São mulheres que possuem um importante poder de mobilização e que contribuem para a comunidade com entusiasmo, assumindo diferentes papéis, por exemplo, dedicando-se ao cuidado com as árvores.

Porém, apesar de sua liderança e participação primordiais, em muitas ocasiões, elas não recebem nenhum tipo de reconhecimento ou apoio legal que valorize o trabalho que realizam pela sua comunidade. O resultado é que as gerações mais jovens de mulheres deixam suas coletividades para formar famílias e, por falta de oportunidades, acabam abandonando os estudos. Há muitas comunidades em que as mulheres assumem funções

voluntárias de cuidar dos ecossistemas, mas sem apoio ou reconhecimento, logo, sua liderança se enfraquece e se perde. Isso é compreensível, já que ninguém pode viver de voluntariado.

É um contrassenso que as mulheres estejam sempre presentes para organizar todas essas questões, mas, quando se pensa nos espaços em que as decisões sobre a conservação e restauração dos ecossistemas estão sendo tomadas, a maioria é composta por homens. O pior é que a experiência das mulheres que sempre estiveram envolvidas nesse tipo de trabalho sequer é reconhecida, assim como o fato de que trazemos outras perspectivas, pois observamos, indagamos e, finalmente, aprendemos. Isso é muito preocupante, porque, se continuarmos a escutar sempre as mesmas pessoas, as coisas continuarão a ser feitas da mesma maneira.

Empregos verdes e equidade como chaves para a conservação

“ Os projetos que geram empregos verdes podem impactar a maneira como as pessoas planejam suas próprias vidas

Dou ênfase à geração de empregos verdes como uma forma de envolver mais pessoas nesse tipo de cuidado, que hoje é urgente. Ao iniciarmos esses projetos, é muito importante concentrar-nos em como será produzida a mudança esperada no ecossistema, mas também é essencial antecipar, planejar e considerar a mudança social, sabendo que as pessoas ao redor podem começar a agir. Os projetos que geram empregos verdes podem impactar a maneira como as pessoas planejam suas próprias vidas.

Vemos que muitas pessoas não se envolvem nessas iniciativas por falta de recursos ou tempo, pois se espera uma colaboração voluntária. Assim, as comunidades se desconectam das matas. Por isso, temos que dar visibilidade e promover a proteção da biodiversidade como uma fonte de emprego e renda para elas.

Sabemos que a maioria das pessoas por trás das empresas locais são mulheres. Estamos falando de artesãs, cozinheiras e guias cujas atividades sustentáveis precisamos promover devido ao seu impacto econômico significativo. Nosso objetivo é que elas possam formalizar seus negócios e, com isso, obter renda, projetar uma mudança duradoura em seu papel e posição na comunidade.

Esses projetos devem ser idealizados de maneira sustentável para que sejam mantidos e fortalecidos ao longo do tempo. Seria recomendável considerar um monitoramento e acompanhamento contínuos pela comunidade. Além disso, dados e pesquisas são fundamentais. É importante consultar e trocar informações com as comunidades, assim como sistematizar os resultados desses contatos e devolver esse conhecimento às próprias comunidades, para que as ações implementadas sejam relevantes e verdadeiramente úteis hoje e no futuro.

Não podemos esquecer que o Estado tem um papel fundamental nesse processo, especialmente no que se refere a investimento em pesquisa e educação. Também é preciso reconhecer o trabalho decisivo realizado pelas mulheres e pela geração mais jovem em todas as decisões públicas. Por fim, é muito importante que o Estado se engaje em reconhecer e promover a importância dos acordos internacionais, como o Acordo de Escazú, e que projete as necessidades ao longo do tempo.

HONORABLE KERRYNE JAMES





Honorável Kerryne James, ministra de Resiliência Climática, Meio Ambiente e Energia Renovável de Granada, falando de Saint George

“ Continuarei a lembrar meu povo caribenho de nosso espírito de luta e resiliência

Kerryne James, formada em Psicologia pela Universidade de St. George, se destacou pela primeira vez em 2018, quando se tornou a parlamentar mais jovem de Granada e da Comunidade das Nações nomeada para a câmara alta do Parlamento de Granada, atuando como senadora. Seus primeiros anos de liderança foram marcados por um papel dedicado como presidenta da Seção Constituinte de St. John do Congresso Nacional Democrático e, mais tarde, como presidenta do Movimento Nacional Democrático da Juventude - o braço jovem do partido. Como líder da juventude, ela contribuiu para o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2035 de Granada, oferecendo uma voz jovem para orientar a visão estratégica de longo prazo da nação. Essas experiências fundamentais a posicionaram para fazer história novamente nas eleições gerais de 2022 em Granada, quando se tornou a mais jovem representante parlamentar eleita para o distrito eleitoral de St. John, com apenas 24 anos. Hoje, ela ocupa o cargo de ministra da Resiliência Climática, Meio Ambiente e Energia Renovável, onde continua a defender o desenvolvimento sustentável e a resiliência nas esferas nacional, regional e internacional.

Trata-se de tricotar uma tapeçaria de vozes em uma estratégia coesa para a mudança que queremos ver, para a transformação que estamos liderando

Em 2004, o furacão Ivan (um furacão de categoria 3) devastou Granada, alterando vidas e paisagens - eu tinha apenas sete anos. Observar os esforços incansáveis de meus pais para reconstruir e prover o sustento diante da adversidade deixou uma impressão duradoura que instilou em mim uma profunda determinação de fazer parte de soluções sustentáveis para nossa nação. Quase duas décadas depois, essa convicção inicial moldou minha abordagem à política: uma que tece estratégias centradas na comunidade no tecido das iniciativas nacionais, garantindo que nossas políticas não apenas respondam aos desafios distintos de Granada, mas também respeitem sua riqueza ecológica e cultural. Nosso objetivo é forjar uma visão unificada que impulse mudanças transformadoras e duradouras.

Inspirada pela determinada liderança feminina da primeira-ministra de Barbados, Mia Amor Mottley, na defesa de uma transição verde e equitativa, estou comprometida em defender o papel integral das mulheres na ação cli-

mática. Essa defesa se concentra em restaurar a agência e canalizar recursos para comunidades historicamente marginalizadas, cujas contribuições são essenciais para a construção de um futuro resiliente e inclusivo.

O papel do engajamento e da liderança das mulheres no Caribe

A liderança não se trata apenas de ocupar espaços, mas de transformá-los. Quem melhor para conduzir essa transformação do que as mulheres, com nossa história compartilhada e resiliência demonstrada?

O envolvimento ativo das mulheres caribenhas na ação climática não é acidental; é um testemunho do reconhecimento, por parte da nossa região, do papel indispensável das mulheres na sustentabilidade e na resiliência. A liderança, como afirmam a história e os fatos, não se trata apenas de presença, mas de uma transformação significativa, uma responsabilidade que as mulheres caribenhas têm abraçado continuamente. No entanto, apesar dessas contribuições, ainda há uma necessidade urgente de ir além da representação simbólica e alcançar a autoridade total para a tomada de decisões.

Juntamente com minhas colegas ministras de toda a região, uni forças para defender objetivos compartilhados, mas ainda encontramos reações que caracterizam nossa defesa assertiva como agressiva, raivosa ou exuberância juvenil. Esses rótulos diluem o potencial total de nossa liderança no espaço climático. É essencial reconhecer que a colaboração tem sido a peça central da minha trajetória. Nessa responsabilidade compartilhada, devemos também envolver a outra metade de nossas sociedades, os homens, para que assumam um papel ativo na construção de comunidades resilientes e equitativas. Sua participação é necessária e fundamental.

A importância de abordagens inclusivas que reconheçam o papel da mulher na sociedade

Reconhecer o papel das mulheres na sociedade é essencial para a elaboração de estratégias climáticas inclusivas, equitativas e resilientes. O gênero não deve ser visto apenas como um marcador de identidade, mas como uma lente para entender e abordar os desafios e as contribuições exclusivas de nossas comunidades.

Na política climática, o gênero deve ser visto não apenas como um identificador social, mas como uma

perspectiva vital para a compreensão dos impactos multifacetados das mudanças climáticas. Para enfrentar plenamente esses desafios, devemos ir além das iniciativas de empoderamento superficiais e considerar as realidades complexas dos papéis das mulheres na sociedade. No Caribe, enfrentamos os efeitos combinados de estruturas sociais profundamente arraigadas e os graves impactos da mudança climática, que corroem nossas economias locais e comprometem os meios de subsistência.

Nossa batalha contínua para mitigar e nos adaptar às mudanças climáticas também nos obriga a reconstruir de forma independente. Os desastres recentes, especialmente o furacão Beryl, ressaltam a importância de abordagens sensíveis ao gênero para a gestão de riscos de desastres. A maioria das pessoas que buscam assistência são de baixa renda, geralmente mulheres, cuja moradia e segurança econômica estão cada vez mais ameaçadas pela erosão costeira e pelas enchentes. Reconhecer essa dinâmica é essencial para restaurar a agência e direcionar recursos para grupos historicamente marginalizados.

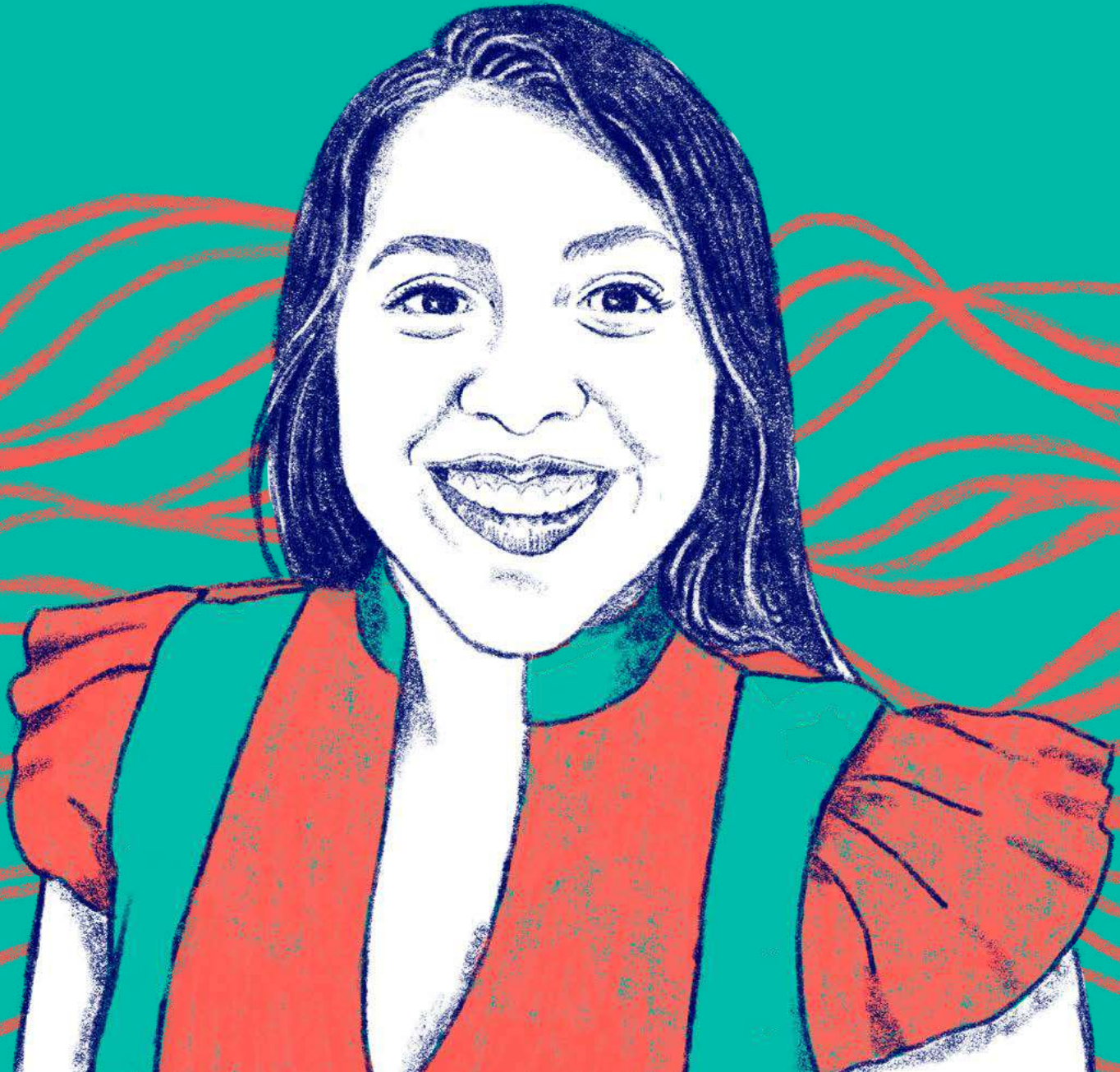
Em resposta, formamos uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social, Comunidade e Assuntos

de Gênero para adotar estratégias holísticas e inclusivas. Nossa abordagem abrange tanto o planejamento de longo prazo, com cronogramas realistas, quanto os esforços de socorro imediato, priorizando a ajuda às mães que já estão em programas de segurança social e que permanecem extremamente vulneráveis após o desastre. Os impactos de longo alcance do furacão afetaram o acesso a necessidades básicas, como educação, água e eletricidade, e ressaltaram a necessidade de serviços de saúde mental acessíveis para lidar com o impacto psicológico dos desafios induzidos pelo clima.

Para garantir que nossas políticas sejam compatíveis com as diversas realidades de Granada, tenho o compromisso de reconhecer as disparidades que se cruzam e de buscar uma abordagem baseada na comunidade. A inclusão é essencial para criar políticas culturalmente sensíveis, robustas e ancoradas na equidade. Envolvendo não apenas as partes interessadas diretas, mas também as indiretas, realizamos consultas em todos os níveis, orientando os cidadãos e as cidadãs durante o processo e indo ao seu encontro onde estiverem. Para obter um impacto significativo, devemos equilibrar as estruturas científicas com abordagens centradas no ser humano,

pois os indivíduos compreendem e articulam melhor suas realidades. É nossa responsabilidade, como líderes, se adaptar, ouvir e criar políticas que reflitam essa compreensão aprofundada.

JOYCE MENDEZ





Joyce Mendez, cofundadora do Observatório Latino-Americano da Geopolítica Energética

“ A pergunta que eu quero deixar é: vocês se veem como bons antepassados?

Joyce distribui seu tempo entre diferentes iniciativas colaborativas, fortalecendo transversalmente as redes de cooperação juvenis e feministas. A nível global, forma parte do Grupo Consultivo da Juventude sobre Mudança Climática do secretário-geral das Nações Unidas, e participa de iniciativas como *Youth4Climate*. Ela também é membro do Parlamento Mundial da Juventude pela Água e colabora com a iniciativa Paz Azul, que promove a cooperação transfronteiriça pela água. Ela ainda cofundou outras organizações regionais, como a Rede Nacional de Jovens pela Água e Ação Climática, no Paraguai.

“ Para muitas pessoas, não é uma opção se afastar e não se envolver em ações de defesa climática e ambiental, uma vez que vivem os impactos negativos diariamente

Nasci na Colômbia e cresci na fronteira de Foz do Iguaçu, no encontro entre Brasil, Paraguai e Argentina, uma área conhecida como a região das três nações e terra das águas. Aprendi que a água é um elemento que ordena a vida social da região, que está na origem de vários conflitos da área, assim como de muitos dos esforços para desenvolver ações de cooperação. Trata-se de um assunto crítico, que explica por que, para muitas pessoas, não é uma opção se afastar e não se envolver em ações de defesa climática e ambiental, uma vez que vivem os impactos negativos diariamente.

Todas e todos dependemos do coletivo. Por isso, sempre agradeço às minhas comunidades, e aos países que me receberam e me apoiaram, porque sei que minhas conquistas são o resultado de múltiplas ações comunitárias. O trabalho das mulheres nesse sentido tem sido fundamental. Conheci várias, de diferentes contextos, que me inspiraram e me deram a mão, especialmente

minha mãe. Sou o resultado das decisões tomadas pelas gerações anteriores, escolhas que moldaram quem sou e o caminho que sigo hoje.

Justiça energética e participação dos jovens na transição verde e justa

“ Precisamos refletir sobre a aplicação e a tradução de compromissos internacionais, como o Acordo de Paris, para as realidades dos territórios

Desde que comecei a participar das ações para avançar em uma transição verde e justa, tenho focado na cidadania, na sustentabilidade e na participação dos jovens na criação de diversas redes. Sempre gostei de trabalhar imersa nos movimentos de base, dedicando meu esforço ao empoderamento de jovens para que participem das decisões e tenham maior impacto em seus territórios.

Vejo que estamos desenvolvendo a energia renovável sem garantir a sua sustentabilidade. Nos falta uma reflexão sobre a pobreza energética. Sabemos que é preciso transversalizar os esforços pela justiça energética e pela justiça social. No entanto, admitimos projetos de infraestrutura hidrelétrica que não consideram a

atual escassez de recursos hídricos na América Latina, e, inclusive, desapropriam as populações indígenas de seus territórios. Isso representa uma perda importante, já que há muitas tecnologias ancestrais que poderiam ser adaptadas para tornar a transição verde mais justa nos contextos locais, pois essa não é apenas uma esfera de ação global. Nesse sentido, precisamos refletir sobre a aplicação e a tradução de compromissos internacionais, como o Acordo de Paris, para as realidades dos territórios.

Outro problema que devemos abordar é o desequilíbrio entre a feminização da ação ambiental e a masculinização dos espaços de poder. Os tomadores de decisão, em sua maioria homens, nunca saíram das cidades, não conheceram os territórios nem as condições de vida das pessoas que os habitam, de forma que não podem considerá-las em suas decisões. Com isso, muitos espaços são inflexíveis à realidade das mulheres e outros grupos vulneráveis. Ainda assim, vejo ares de mudança. Acredito que podemos estar diante de uma nova geração de mulheres jovens, migrantes, indígenas, mestiças e criou-las galgando acesso aos espaços de tomada de decisão e de criação de políticas públicas de energia.

Um legado de justiça intergeracional

 **O sucesso de uma pessoa é o resultado de múltiplas ações comunitárias**

A pergunta que eu quero deixar é: vocês se veem como bons antepassados? Porque às vezes pensamos no legado como algo enorme, mas ele pode ser muito mais simples, algo significativo que faça parte de um senso coletivo. Para nós, a luta climática é superimportante, não só para as gerações atuais, mas também para as que virão.

Gostaria de salientar que o tokenismo afeta não só as mulheres, mas também a juventude, já que muitas instituições dizem trabalhar com jovens, mas estão apenas cumprindo um requisito para obter reconhecimento e financiamento. Porém, na hora da verdade, não incorporam nossas visões. Se aproveitam do fato de trabalharmos com paixão e, muitas vezes, termos disposição para continuar fazendo o trabalho de forma anônima, sem financiamento nem reconhecimento. Dada a magnitude da nossa contribuição, como jovens, é legítimo nos perguntar sobre a vontade política para avançar em nossa inclusão verdadeira e concreta.

Acho importante levantarmos a voz e nos mobilizarmos, pensando em nosso legado para as próximas gerações. Com isso, quero dizer que somos responsáveis por canalizar a mudança social não apenas para o nosso presente, mas também para o futuro. Esperamos abrir espaço para outros jovens e empoderar aqueles que foram ou serão excluídos. E embora eu saiba que ainda há muito a ser feito, é uma

satisfação ver que há continuidade neste trabalho. Temos um legado e vêm novas gerações de jovens que poderão tomar nosso avanço e desenvolvê-lo com seu pensamento crítico, sua cooperação e trabalho coletivo. Independentemente da mudança climática, vejo que estamos criando um novo paradigma.

Observatório Latino-Americano da Geopolítica Energética

O Observatório Latino-Americano da Geopolítica Energética foi criado como um projeto de pesquisa no ano de 2017. Seu objetivo é difundir a informação de forma acessível, através de uma plataforma gratuita com artigos, vídeos e outros materiais que tratam o tema da energia e da geopolítica energética, com foco geográfico na América Latina, e levando em conta suas relações com atores internacionais de outras regiões. Sua ação geral se baseia, de maneira geral, no reconhecimento das relações geopolíticas e históricas no desenvolvimento de questões relativas à energia e aos recursos.

Em uma primeira etapa, concentrou seu trabalho em promover a pesquisa e o diálogo em torno da geopolítica da energia na região latino-americana, desenvolvendo

uma teoria da concepção de modelos comunitários de gestão energética. Mais adiante, começou a implementar uma segunda fase do seu trabalho, mais prática, dedicada à instauração dessas capacidades. Em seu primeiro projeto, conseguiu instalar um painel solar e um satélite que fornecem acesso à internet e à eletricidade a uma comunidade indígena no Peru.

Seu foco atual é na incorporação do desenvolvimento de tecnologias ancestrais para a gestão social. Concentra suas ações em organizar workshops nos que é divulgada a importância da justiça energética e são oferecidas informações para que diferentes comunidades locais planejem sua própria soberania e segurança energética. Destaca-se também na sua estratégia a participação ativa das juventudes indígenas na implementação da autogestão energética.

MARGARITA VELÁZQUEZ





Margarita Velázquez, pesquisadora do Centro Regional de Investigações Multidisciplinares da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), falando de Cuernavaca, no estado de Morelos, México



A demanda por água é uma demanda feminista

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Londres e bacharel em Psicologia Social pela Universidade Autônoma Metropolitana, Margarita tem uma trajetória acadêmica de destaque, vinculada principalmente ao Centro Regional de Investigações Multidisciplinares da UNAM, onde coordenou o seminário de Estudos de Gênero e criou programas que conectam a perspectiva de gênero à ecologia e ao meio ambiente. Como pesquisadora, tem realizado estudos sobre política social, desenvolvimento, sustentabilidade e gênero, e atuado como consultora nesses temas para órgãos internacionais, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, a FAO, a CEPAL e o BID. No setor público, ocupou cargos no Conselho Nacional de População, na Secretaria da Reforma Agrária e no Instituto Nacional das Mulheres do México.

Temos que continuar treinando pessoas para garantir um legado que tenha continuidade, que nos permita olhar para o futuro

Como pesquisadora, preocupo-me com a relação entre população e meio ambiente em termos de saúde e direitos reprodutivos. Por isso que me envolvi na área ambiental, especificamente pelo interesse em desenvolver argumentos que destacam o papel das mulheres nesse debate, e em entender como se vai produzindo uma malha social a partir da relação entre as pessoas e seu entorno.

As crianças e as pessoas jovens me mantêm esperançosa nesse trabalho, assim como meu alunado, quando vejo que são conscientes e respeitam o meio ambiente. Isso me faz constatar que temos que continuar treinando pessoas para garantir um legado de continuidade aos esforços de construção de sociedades sustentáveis e olhar para o futuro. Uma mulher que me inspira é Alicia Bárcena, uma grande ambientalista e feminista.

As relações entre gênero e meio ambiente

A mudança climática afeta de forma diferente as diferentes mulheres, e nem todas se envolvem em ações de mudança climática da mesma forma

Tal como as relações de gênero são socialmente construídas, as relações entre gênero e meio ambiente também o são, e mudam de contexto para contexto. O setor ambiental e climático tem sido relativamente sensível à transversalização de gênero e à inclusão social. No entanto, vejo que ainda precisamos aprender a criar projetos e políticas que vão além da transversalização; precisamos que sejam transformadores.

Continuamos aplicando a mesma lógica para resolver os problemas ambientais. É uma forma de atuação que intervém de cima para baixo nas sociedades. A única diferença é que agora diz-se que devem ser intersetoriais e transversais, mas não vemos uma mudança no sentido da ação, na procura de uma forma de intervenção territorial, sob uma lógica de baixo para cima, como dizemos na sociologia, que permita que as populações expressem seus interesses e necessidades e participem das soluções.

Isso faz com que não haja clareza sobre o papel e as narrativas das pessoas na construção da sustentabilidade. No caso das mulheres, especificamente, isso explica por que continuamos a atribuir a elas um papel

instrumental, e não central, nas ações de mitigação e adaptação. Além disso, a mudança climática afeta de forma diferente as diferentes mulheres, e nem todas as mulheres se envolvem em ações de mudança climática da mesma forma. Especialmente considerando que a sociedade lhes atribui tarefas de cuidado e reprodução social, sem o devido reconhecimento ou a merecida valorização.

Gênero, meio ambiente e comunidade na transição verde e justa

“Temos que lidar com o ambiental, mas também temos que lidar com as desigualdades

Na minha ânsia por entender, organizei vários cursos para discutir de forma crítica a relação entre gênero e meio ambiente, sempre procurando integrar as mulheres da sociedade civil, da academia e do campo, pois elas enriquecem esses programas com as suas experiências. Depois de um tempo, formamos um grupo latino-americano, em que cultivamos as conexões e a troca de experiências. Isso me fez constatar minha confiança nas redes para a geração de conhecimento.

As instituições exclusivamente dedicadas à mulher têm se revelado insuficientes para gerar a transversalidade que propomos. Se questiono o conceito de transversalidade e tantos outros que ficaram em moda, é porque eles são esvaziados de significado. Temos que começar a dar um sentido a este trabalho e contar com um plano de governo articulado. Eu quero falar de transformação, de ruptura. A ideia de ter comunidades resilientes é a coisa mais antifeminista que já ouvi. O princípio feminista é alterar, é mudar. Temos que nos manter críticas diante das metodologias que informam os processos atuais e estar vigilantes para atuar quando ignoram as atividades sociais.

Vejo nas organizações não governamentais e na sociedade civil uma oportunidade para manter um diálogo permanente com o Estado. Temos que ir aos territórios, entender como se manifestam e compreender as problemáticas de cada contexto, para dar sentido à política antes de implementá-la. Se não, continuaremos gerando direitos que depois não conseguimos concretizar.

Uma experiência que me marcou foi uma reunião com mulheres camponesas na década de 1980 para discutir suas necessidades em um lugar de muitas carências: um povoado fantasma no norte do México, em que, devido à migração masculina, só havia mulheres. Minha companheira, feminista, se inquietou, porque, à primeira vista, não tínhamos tido demandas feministas. Mas a minha visão foi diferente. Ela não conseguia ver que a demanda por água era uma demanda feminista. Trinta e nove anos depois, afirmo que o acesso à água é uma demanda feminista. O acesso à água é fundamental. Precisamos ter um programa nacional de coleta de água, com mulheres na linha de frente, assim como um programa de moradia popular e um de gestão de resíduos.

Outro exemplo é o caso atual de Chalco, uma das cidades criadas nos anos 1990 no México, que está há um mês inundada de esgoto. É uma cidade literalmente afundada na merda, em que os canais e a drenagem não funcionam por causa do lixo. É um lugar que está afundando um milímetro por dia como consequência das mudanças climáticas, mas o problema é agravado pela pobreza, pela desigualdade e pelas condições políticas. Não se trata apenas de problemas ambientais, mas

também de serviços públicos. Em lugares como esse, temos que lidar com o ambiental, mas também com as desigualdades.

Em suma, hoje cabe a nós trabalhar na construção imediata do futuro de milhões de mulheres e homens e do futuro de um único planeta. Por esse motivo, a luta contra o negacionismo climático e de gênero não pode ser adiada. Cabe a nós continuarmos nos conectando, transformando e mobilizando para a justiça, a igualdade e a sustentabilidade.

TARCILA RIVERA ZEA





Tarcila Rivera Zea, fundadora e presidenta do CHIRAPAQ - Centro de Culturas Indígenas do Peru, falando de Lima

“ O mais revolucionário contra as violências é tornar as mulheres indígenas independentes economicamente

Tarcila fez parte do Grupo Assessor Global da Sociedade Civil da ONU Mulheres e, por um período, foi membro do Fórum Permanente Sobre Questões Indígenas da ONU. Em seu cargo atual, no CHIRAPAQ, promove a afirmação da identidade cultural, bem como a capacitação de mulheres e jovens líderes indígenas para que ocupem cargos públicos em suas comunidades e governos locais. Além disso, em seu esforço para trabalhar do local ao internacional, ela fundou organizações que chegam a milhões de integrantes, como o Enlace Continental de Mulheres Indígenas das Américas e o Fórum Internacional de Mulheres Indígenas. Sua notável trajetória e valiosa contribuição à promoção e defesa das culturas e dos povos indígenas foram reconhecidas pela UNICEF, pela Fundação Ford, pela Fundação *Fuego Sagrado*, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Mulher do Peru.

Eu sim, deixo bem claro que sou uma ativista

Sou uma mulher andina, quechua chanca, e me marcou totalmente o fato de ter nascido em uma comunidade que, até hoje, está no mapa da pobreza extrema. Temos sido espoliados e espoliadas constantemente pela violência. Por isso, eu sim, deixo bem claro que sou uma ativista.

Várias mulheres me inspiram. Por exemplo, Domitila Chungara, do México, a única mulher indígena presente na Conferência Mundial das Mulheres. Mas, em geral, sou motivada por aquelas que estão em seus contextos, na natureza, em situações remotas, mas que têm grande sabedoria. Entre elas, está minha mãe, de quem herdei a força e o ensinamento de alcançar as coisas por nós mesmas. Ela me inspira mesmo depois de sua morte.

Problemas das lideranças atuais

Se tanto falamos de nossa cosmovisão, a recuperação das relações de equilíbrio deve deixar de ser uma questão pendente

É fundamental que criemos espaços em que as lideranças que têm voz em outros cenários também possam ser ouvidas. Nesse ponto em minha vida, digo às minhas irmãs das Américas que não queremos mais ser marginalizadas. Como não falar de direitos territoriais quando o assunto é biodiversidade? Como não falar do impacto das mudanças climáticas? Como não falar dos danos causados pela monocultura ou pela agro exportação de produtos emblemáticos no mercado?

A presença do Estado não se traduz na defesa dos direitos das comunidades. Em vez disso, mostra uma institucionalização da violência ao não distribuir recursos de forma apropriada. A grande incompetência da gestão pública, a crescente corrupção e o alto nível de racismo nos mergulham nessa crise total. Narcotráfico e grupos de madeireiros, traficantes e mineradores se estão expandindo na região.

Para mim, o problema está na educação pública. Se não mudarmos o sistema educacional desde os níveis mais básicos, não teremos órgãos políticos, nem funcionários públicos ou pessoas que tenham uma boa formação para participar da vida do país. Os programas de

assistência no Peru têm imobilizado a população, neutralizando seu valioso conhecimento sobre a produção de alimentos e o manejo de ecossistemas.

Queremos que as lideranças entendam que lutar contra a violência contra meninas e mulheres não é uma luta só nossa. Ela não se trata de direita ou esquerda, porque o problema dos direitos é um problema de toda a sociedade. Precisamos promover espaços entre nós, indígenas, porque o machismo, e tudo que vem com o poder, nos divide muito. Se tanto falamos de nossa cosmovisão, a recuperação das relações de equilíbrio deve deixar de ser uma questão pendente.

Aqueles que estão em posição de liderança têm falas muito bonitas, mas no interior de suas organizações e regiões não se canaliza a informação, e a necessidade de uma economia monetária está ganhando muito peso. Nas comunidades, homens e mulheres são excluídos e excluídas. Nós queremos lideranças coletivas, e não individuais, que sejam jovens, que tenham organização e apoio. Que, ao saírem de suas comunidades, não o façam para se promover individualmente e que, ao regressarem, tenham que prestar contas para obter um

efeito multiplicador.

Os impactos locais da mudança climática

A economia monetária em comunidades ou zonas rurais ainda é um desafio

As mudanças climáticas afetam a vida em todos os sentidos. Sabemos que todo mundo vê a floresta, as árvores, o verde, o romântico, mas as pessoas são menos visíveis. Essas são as pessoas que precisam comer, viver dos ecossistemas, e, quando enfrentam os impactos das mudanças climáticas, são especialmente afetadas.

Os programas devem ser pensados em contato com as pessoas de cada comunidade, que sabem dos impactos que os diferentes aspectos dos projetos vão ter, para alcançar benefícios verdadeiros. Há uma necessidade de trabalhar in situ acerca do que significa usar nossos recursos sem depredação. Se não for feito dessa forma, pode acontecer o que aconteceu em alguns contextos andinos, onde o coletor ficou com o dinheiro, e as pessoas que geraram o produto receberam bem menos,

em um ciclo que não resolveu o problema econômico.

A economia monetária em comunidades ou zonas rurais ainda é um desafio. É preciso investir para gerar mercado. Além disso, temos conflitos de poder que distorcem a definição de “comunidades locais”. Vemos pessoas usando os direitos indígenas para reivindicar benefícios para outras comunidades que não pertencem a culturas originárias, assimilando-as com esse conceito. Muitas vezes, trata-se de colonos, agroprodutores ou recém-chegados que receberam uma concessão do Estado.

A comunidade local deve ter seu próprio parágrafo, com base em suas próprias características e direitos específicos, mas não pode estar no mesmo nível que as comunidades originárias. É necessário salientar que existem formas distintas de práticas agrícolas e de vida entre os dois tipos de comunidade, e que há diferenças em tudo. É indispensável considerar esse aspecto cultural para a criação de políticas apropriadas.

Finalmente, diante desse novo leque de desafios relacionados às mudanças climáticas, economia, vida

sustentável e desenvolvimento de capacidades próprias, a coisa mais revolucionária contra as violências é tornar as mulheres indígenas independentes economicamente, e garantir que elas saibam utilizar bem o dinheiro como um novo elemento. Temos que fortalecer as mulheres e preparar as que têm iniciativas econômicas de forma intergeracional, para aproveitar os conhecimentos das mais velhas e das novas gerações, que são bem diversos e complementares.

CHIRAPAQ - Centro de Culturas Indígenas do Peru

A CHIRAPAQ - Centro de Culturas Indígenas do Peru é uma associação indígena fundada em 1986, inspirada na experiência do movimento indígena sul-americano. Sua missão é fortalecer as iniciativas dos povos indígenas andinos e amazônicos por meio de quatro programas-chave: Mulher Indígena, Soberania e Segurança Alimentar, Ñoqanchiq; Advocacia; e Cultura e Política. Esses programas viabilizam uma ação interdisciplinar que promove o desenvolvimento integral dos povos indígenas, abrangendo desde a nutrição infantil com produtos locais até a incorporação da educação intercultural nos currículos escolares para assegurar a continuidade cultural.

Ao longo de quase quatro décadas, a CHIRAPAQ tem liderado importantes projetos, entre eles a reivindicação da cultura alimentar, que busca melhorar a nutrição infantil por meio do consumo de alimentos autóctones, e a criação da Organização de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru, um espaço que fomenta a

liderança e o empoderamento das mulheres indígenas. Esse esforço, que levou 14 anos, reflete o compromisso da associação com o fortalecimento de capacidades e com a promoção da igualdade de gênero nas comunidades.

Além disso, a CHIRAPAQ promove a articulação de redes por meio do Enlace Continental de Mulheres Indígenas das Américas. Esse espaço dá visibilidade às organizações indígenas e promove sua participação em processos decisórios nacionais e internacionais, influenciando a criação de políticas que garantam o exercício pleno dos direitos humanos dos povos indígenas, com uma perspectiva intercultural e intergeracional, orientada pelos princípios da reciprocidade, do respeito mútuo e da complementaridade.

Liderança, Empoderamento e Participação Política



CAMILA RAMOS





Camila Ramos, diretora e fundadora da CELA - Clean Energy Latin America, falando de São Paulo



Sei que as mulheres têm um impacto real na transição energética na América Latina

Camila se formou em Relações Internacionais com Economia, e é pós-graduada em Política Econômica Global na *London School of Economics and Political Science*. Além de seu cargo atual, é vice-presidenta da Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica; membro do conselho diretivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e especialista do *Clean Energy Finance Solutions Centre*. Em 2018 a *Global Solar + Energy Storage* a reconheceu como uma das *Women in Renewables*, e recentemente a *Reuters* a destacou como parte das *Trailblazing Women in Energy 2024*. Foi membro do Conselho de Energias Renováveis da América Latina e do Caribe, do Instituto Interamericano de Energias Limpas e do Conselho de Finanças Verdes do Brasil. Também trabalhou na Energias Renováveis do Brasil e dirigiu o departamento de pesquisa para a América Latina na *Bloomberg New Energy Finance*.

“ No setor da energia, as vozes mais escutadas seguem sendo majoritariamente as dos homens. As das mulheres ainda não foram igualmente incorporadas

Tive a oportunidade de começar a trabalhar no setor energético renovável em estágio muito inicial, o que me permitiu ganhar experiência e visibilidade ao longo do tempo. Naquela época, eu não conhecia outras mulheres que pudessem me servir de inspiração nesse meio, mas essa situação também me motivou a abrir caminhos e contribuir para o crescimento desse espaço para nós.

Depois de tantos anos, ainda sinto que as pessoas se surpreendem com a minha presença e minha liderança, parece que não é algo esperado por eu ser mulher. É impactante ver essa diferença de expectativas segundo o gênero das pessoas e o impacto que isso tem nas posições das mulheres. No setor da energia, as vozes mais escutadas seguem sendo majoritariamente as dos homens. As das mulheres ainda não foram igualmente incorporadas.

A presença das mulheres no setor energético

“ Acho que tem feito diferença fomentar o crescimento das mulheres no setor através de capacitação, de iniciativas para atraí-las e da criação de redes

O *tokenismo* é um fenômeno comum na hora de nos considerarem para palestras e painéis. Frequentemente recebo convites de pessoas que começam dizendo ter pensado em mim porque precisavam incluir uma mulher em um painel só de homens, e nem sempre mencionam as contribuições que posso fazer a partir do meu conhecimento ou da minha vasta experiência. Em alguns casos, ainda não percebem que ao me incluírem, estão contando com meu trabalho de consultoria, que me permite trazer fatos e números atualizados.

No entanto, tenho visto um aumento das mulheres que participam hoje do setor, sobretudo em projetos de energias renováveis. Isso me alegra, pois penso que posso ser otimista em relação ao meu trabalho e porque sei que as mulheres têm impacto real na transição energética na América Latina. Acho que tem feito diferença fomentar o crescimento das mulheres no setor através de capacitação, de iniciativas para atraí-las e da criação de redes. Vejo que mais atenção está sendo colo-

cada em lhes dar voz. Por isso, tento constantemente aproximá-las de meus clientes, mostrando que elas têm um espaço em que serão escutadas. Além disso, medidas como cotas obrigatórias também são essenciais para que as mulheres ocupem esses postos, como tem demonstrado o exemplo dos países escandinavos.

Ferramentas para trabalhar no setor da energia

“ Quando falamos em transição energética, estamos falando em reduzir as emissões do planeta em um momento crítico, porque não estamos no caminho para cumprir o Acordo de Paris e evitar danos irreversíveis

Sou uma entusiasta das energias renováveis. Me sinto muito motivada por este tipo de projeto, já que testemunhei o nascimento desse setor e o seu crescimento. A energia eólica e a solar têm deixado de ser das fontes mais caras e pouco competitivas para ser das mais baratas, mais competitivas e de crescimento mais rápido. Temos conseguido viabilizar tantos projetos, tantos investimentos no setor, fazer com que estes projetos e investimento sejam competitivos ou avancem.

Se me pergunta o que faz meus olhos brilharem, não me resta dúvida: é falando de energias renováveis. Quando o trabalho é feito com paixão e dedicação, é o trabalho certo. Mas acredito que temos negligenciado a perspectiva global. Quando falamos em transição energética, estamos falando em reduzir as emissões do planeta em um momento crítico, porque não estamos no caminho para cumprir o Acordo de Paris e evitar danos irreversíveis. Então parece que o conceito *transição verde e justa* tem perdido o seu real significado. Por isso, é fundamental pensar em inovação e romper com os modelos atuais na hora de pensar em soluções.

CELA - Clean Energy Latin America

CELA - Clean Energy Latin America é uma empresa pioneira de consultoria estratégica e assessoria financeira com sede em São Paulo, que apoia empresas e investidores no desenvolvimento de projetos de energia renovável e transição energética na América Latina. A empresa começou as operações durante a segunda década do século 21, justo quando a indústria da energia solar começava a surgir na região.

É uma das poucas empresas especializadas exclusivamente em energias renováveis. Além disso, promove a incorporação de tecnologias para a redução de emissões, com o objetivo de ajudar empresas a realizar negócios sustentáveis no âmbito da transição energética para uma redução efetiva das emissões de carbono.

Atualmente atende clientes – brasileiros e estrangeiros – interessados em investir e criar negócios baseados no desenvolvimento de projetos com energia eólica e solar, bem como de armazenamento de energia, hidro-

gênio verde e outros produtos associados, além de bio-energia, biogás e biometano.

A empresa faz parte das Women-Owned Companies, um selo internacional que reconhece empresas lideradas e gerenciadas por mulheres. É uma organização comprometida com a manutenção de uma equipe feminina sólida, que acredita na visão holística que as mulheres trazem para o desenvolvimento de novos negócios ambientais sustentáveis. Também é signatária do Pacto Global da ONU.

EDUARDA ZOGHBI





Eduarda Zoghbi, criadora do programa Women in Energy Brazil, falando de Nova York



As mulheres que vivem na pobreza são as que mais sofrem com a falta de acesso a uma energia limpa, segura e moderna

Eduarda estudou Ciências Políticas na Universidade de Brasília, e realizou seu mestrado em Energia e Meio Ambiente na Universidade de Columbia. Prestou consultoria na área de energia e gênero para diversos órgãos internacionais, entre eles o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a *Sustainable Energy for All* e CEPAL. Hoje atua na área de parcerias, estratégia e mobilização de recursos no *Climate Investment Funds*, servindo como ponto focal do G20 e da COP30. Além de seu cargo atual, já recebeu prêmios internacionais devido ao seu trabalho na transição energética, e foi reconhecida como *Forbes 30Under30*, *2024 Reuters Future Leaders in Energy*, e *Future Energy Leader* pelo *World Energy Council*.

“ Senti muita falta de modelos femininos a seguir no setor energético. Isso passa a impressão de que não há mulheres trabalhando nessa área

Sempre tenho visto a política pública como uma forma de transformar o clima, e, vendo que o setor energético tem um forte impacto nas mudanças climáticas, quis contribuir a partir daí. Sou ativista contra a mudança climática desde pequena. Sonho um dia ser Ministra de Minas e Energia. Nesse setor, parece ser mais difícil alcançar esse objetivo enquanto mulher. Quando comecei a trabalhar, senti muita falta de modelos femininos a seguir no setor energético. Isso passa a impressão de que não há mulheres trabalhando nessa área, mas isso não me desanimou.

Desafios para as mulheres no setor da energia

“ A masculinização do setor e o assédio a que nós, mulheres, somos submetidas, enquanto minoria nos espaços de tomada de decisão, é um desincentivo que torna difícil ingressar nesse ramo

Diferentemente da área mais geral do clima, que já conta com compromissos formais e uma ampla participação das mulheres, o setor energético – como área multi-

disciplinar que envolve ciências, tecnologia, engenharia e a matemática, mais conhecida como STEM – segue muito afetado pelo viés da sub-representação feminina, o que faz com que seja extremamente masculinizado.

Essa é uma área que relega as mulheres a postos de assessoramento, onde raramente ocupam posições de liderança. As vemos limitadas por um teto de vidro, que é muito difícil de romper. A isso está somada a centralização das oportunidades de trabalho, a falta de atenção à linguagem inclusiva e a redução de sua contribuição ao histórico papel de cuidadoras.

A masculinização do setor e o assédio a que nós, mulheres, somos submetidas, enquanto minoria nos espaços de tomada de decisão, é um desincentivo que torna muito difícil o ingresso nesse ramo. No entanto, enquanto mulher jovem, quando consegui, enfim, ganhar visibilidade e ocupar um lugar de fala, passei a fazer parte de várias redes. Desse modo, pude me dar conta de que a transição energética no Brasil é praticamente liderada por mulheres, que nem sempre recebem a visibilidade e a plataforma que merecem.

Essa predominância de homens na política impede que

uma perspectiva interseccional de gênero leve em conta as diferentes necessidades das mulheres na formação de leis, como importantes consumidoras de energia e parte da força de trabalho. Como resultado, as políticas públicas correm o risco de reforçar a desigualdade. Engajar a sociedade em uma mudança de consciência que valorize a importância da pauta de gênero é um trabalho pendente.

Ferramentas para enfrentar os desafios do setor energético

Eu foco em identificar quais áreas e pessoas estão sendo invisibilizadas na transição energética, para favorecer-las diretamente

Tenho observado que as abordagens de cooperação bilateral e multilateral tendem a ser muito verticais, negligenciando ou reduzindo o espaço para incluir a perspectiva de gênero a partir do contexto local. Se negligência o papel das mulheres enquanto consumidoras, responsáveis pela tomada de decisão e chefes de famílias, que pagam as contas.

As mulheres que vivem na pobreza sofrem com a falta de acesso a uma energia limpa, segura e moderna. Também são as que têm eletrodomésticos ineficientes, que

geram contas de eletricidade mais elevadas. Diante desse contexto, é impossível pensar em energia e gênero no Brasil sem levar em consideração raça e classe.

Eu foco em identificar quais áreas e pessoas estão sendo invisibilizadas na transição energética, para favorecer-las diretamente. E nisso, é importante garantir a paridade entre homens e mulheres no poder público, desenvolver programas de educação em colaboração com outras instituições e ministérios para que haja um enfoque acadêmico sobre a transição energética e a mudança climática.

Temos que dar mais oportunidades para as novas gerações a traves de estudos no exterior, intercâmbios, bolsas acadêmicas, formação em idiomas desde a escola, férias profissionalizantes, orientação vocacional e empresas juniores. Além disso, devemos promover e exigir uma política de gênero em todos os programas nacionais, como o Plano Decenal de Expansão de Energia e o Plano Nacional de Energia.

É importante incorporarmos essa abordagem de maneira transversal, e transformá-la em política de Estado, orientada para o planejamento energético a longo prazo, que favoreça as pessoas mais vulneráveis e a população pobre e urbana, garantindo o acesso à energia e aos subsídios.

Women in Energy Brazil

Criada em 2021, trata-se de uma iniciativa conjunta com a Universidade da Columbia, e o *Columbia Global Center* do Rio de Janeiro, que nasce para motivar mais mulheres a ingressarem no ramo de energia desde o momento crucial em que decidem escolher uma carreira universitária.

Foi inspirada no programa *Women in Energy*, do Center on Global Energy Policy na Universidade de Columbia, que convoca mulheres que ocupam cargos de liderança nesse setor para falar com jovens universitárias em mesas-redondas, almoços e eventos de networking. Também coordena visitas a instalações, mentorias e oficinas para dar conselhos profissionais a estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Seu objetivo é formar jovens para que vejam a si mesmas como especialistas em energia e tenham a confiança necessária para comunicar o que fazem, quem são, seu potencial e sua capacidade.

Após dois anos implementando programas de liderança e workshops para promover a troca de conhecimento em energia entre especialistas brasileiras e americanas, o programa está sendo redesenhado e atuará de forma independente através de um instituto. Mantendo laços com a Universidade de Columbia, o instituto poderá expandir seus programas, e terá três componentes centrais: capacitação de lideranças femininas na área de energia, intercâmbio anual através de uma *fellowship* durante a *NY Climate Week*, e pesquisa na área de gênero para gerar os dados necessários para informar políticas públicas no setor energético.

LOURDES VALENZUELA





Lourdes Valenzuela, coordenadora de SuSanA Latino-América e diretora de Programas da Fundação Aguatuya, falando de Cochabamba, Bolívia

“ Incluir mais mulheres na tomada de decisões climáticas e ambientais é fundamental

Lourdes possui uma sólida formação como arquiteta, com especialização em Paisagismo pela Universidade Privada Boliviana. Além disso, é mestre em Gestão Integrada de Recursos Hídricos pela *Universidad Mayor de San Simón*. O curso de Igualdade e Empoderamento das Mulheres, da Universidade de Salamanca, a capacitou para compreender a perspectiva de gênero e justiça social. Em sua função atual como diretora de Comunicação e coordenadora da SuSanA Latino-América - onde também é ponto focal em Gênero e Equidade Social – e como diretora de Programas da Fundação *Aguatuya* mobiliza seu conhecimento profissional para se tornar uma poderosa comunicadora que apresenta soluções para o ciclo urbano da água.

“ Incorporar a perspectiva de gênero, de maneira prática, tem tido um impacto significativo na minha própria vida

Na Bolívia, pelo simples fato de nascer mulher, você nasce em desvantagem. Isso me comove e me motiva no meu trabalho para evitar a poluição e aperfeiçoar os serviços ambientais, uma tarefa que, sem dúvida, é da sociedade. Incorporar a perspectiva de gênero, de maneira prática, tem tido um impacto significativo na minha própria vida. Aposto na participação, na educação, na mudança comportamental e na equidade de gênero.

Uma mulher da região que me inspira na minha ação por uma transição verde e justa é Cecilia Rodríguez, uma antiga colega que me apoiou e me ajudou a confiar nas minhas capacidades. Graças à minha relação com ela, e também com outras mulheres com as quais trabalhei nas comunidades, aprendi a reconhecer que o gênero e a inclusão social devem ser incorporados de forma transversal na realidade de nossas ações, e não tratados como algo à parte.

As mulheres na gestão ambiental da água

“ Vejo que há muito espaço para contribuirmos com nosso trabalho individual em favor da mudança de que precisamos

Sou otimista e valorizo nossa natureza enquanto geradoras de vida. Também a nossa capacidade de implementar novas abordagens e pensar em alternativas que promovam uma mudança verde e justa para nossas sociedades. Vejo que há muito espaço para contribuirmos com nosso trabalho individual em favor da mudança que precisamos. Tenho certeza de que, investidas na perspectiva de gênero a partir de uma posição ativa, e não de vítima, as mulheres podem aprender a implementá-la e gerar uma transformação tanto a nível pessoal quanto social.

Concentro meu trabalho em três papéis atribuídos às mulheres: o papel produtivo, o papel político e o papel comunitário. No papel produtivo, as mulheres são as responsáveis por administrar o lar, por assegurar o acesso à água e por separar os resíduos. Mesmo ao desempenharem tarefas cruciais, seu trabalho é invisibilizado, tratado como algo garantido, sem reconhecimento verdadeiro ou voz nas decisões mais amplas que as afetam diretamente. No âmbito político, a situação é ainda mais crítica. As

mulheres são atribuídas à carga doméstica e, em seguida, relegadas nas reuniões comunitárias, sendo-lhes negada a participação na tomada de decisões. Em última análise, confiam a elas o papel de tesoureiras dos comitês de água, mas raramente lhes é oferecido espaço para liderar como presidentas ou vice-presidentas.

O terceiro papel, o comunitário, reflete a carga cultural e social imposta pelo sustento de uma família. Isso limita o seu acesso ao ensino superior, criando barreiras quase intransponíveis para que a maioria das mulheres dessas comunidades desenvolva todo o seu potencial. Nos encontramos presas em uma estrutura social que nos tira oportunidades desde cedo, reduzindo-nos a meras executoras das expectativas sociais.

Incluir mais mulheres na tomada de decisões climáticas e ambientais é fundamental. Encontrar um equilíbrio entre a energia masculina e a energia feminina impulsionará ações para a sustentabilidade dos ecossistemas. No entanto, esse potencial é bloqueado por normas e estruturas enraizadas em nossa cultura. É necessário repensar as condições práticas para nossa participação: horários, espaços e questionar quem realmente tem liberdade para

participar.

Rumo a uma gestão ambiental integrada

 **Com o apoio adequado, as mulheres comparecem, não se acovardam**

Em SuSanA Latino-América, somos cientes das mudanças geracionais e estruturais de que precisamos, por isso temos apoiado a criação de brigadas ambientais juvenis para educar e sensibilizar a população de porta em porta. Essa iniciativa tem fomentado um aprendizado intergeracional e intrafamiliar, abrindo um espaço visível para o diálogo e a capacitação, que são cruciais. Com o apoio adequado, as mulheres comparecem, não se acovardam.

Além disso, desde que iniciamos o nosso trabalho, conseguimos atender às demandas das comunidades e dos municípios, o que nos proporcionou uma boa recepção. Como ONG, nos concentramos em promover a infraestrutura necessária. Começamos com sistemas de água potável, mas logo percebemos que isso gerava água residual. Ao resolver um problema, criávamos outro. Por

isso, passamos a trabalhar também com saneamento e gestão de resíduos sólidos.

Em nossa jornada pelo ciclo urbano da água, identificamos a importância de abordar os desastres causados por enchentes e a gestão integrada da água, o que nos levou a desenvolver soluções de drenagem sustentável e coleta diferenciada. Ao longo dos anos, temos adotado uma visão cada vez mais holística, integrando todas as dimensões necessárias para uma gestão ambiental efetivamente sustentável.

MARINA MOSCOSO





Marina Moscoso, Gestora de Conhecimento na C40 Cities Finance Facility (CFF), falando de Bogotá

“A gestão do conhecimento é fundamental para gerar ciclos de aprendizagem e poder reconhecer se estamos reproduzindo um sistema sexista para tentar mudá-lo

Marina é graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e mestre em Gestão Urbana pela Universidade Técnica de Berlim. Também fez cursos de Políticas Públicas e Gênero no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, assim como de Liderança Global em Segurança Viária na Escola de Saúde Pública *Bloomberg* na universidade *Johns Hopkins*. É co-fundadora da iniciativa *Mujeres en Movimiento* e comandou suas operações entre 2018 e 2022. Na *Despacio*, foi Diretora Técnica e se destacou pela implementação de projetos inovadores. Atualmente é Gestora de Conhecimento no *C40 Cities Finance Facility*. Em 2020, foi reconhecida como mulher de destaque no transporte pela iniciativa *Women Mobilize Women*.

Desde que comecei minha carreira profissional, tem me motivado trabalhar para uma sociedade mais justa e inclusiva. Para mim, é muito importante fazer a diferença com o trabalho que realizo, é minha forma de ver e compreender o mundo, é o que me move.

Há muitas mulheres fantásticas que me inspiram. Infelizmente, uma delas já não está mais entre nós, Marina Harkot, uma ativista ciclista brutalmente atropelada em São Paulo, enquanto andava de bicicleta. Foi uma das primeiras mulheres a falar de gênero e ciclismo naquela cidade. A Despacio batizou a sua biblioteca digital sobre ciclo-inclusão em sua homenagem: <https://despacio.org/bicis/>.

Consolidação de redes sustentáveis de mulheres

“A vontade política e o exemplo são essenciais para que os projetos possam integrar tanto a perspectiva de gênero, como a de inclusão”

Um problema de nossas redes de mulheres e de ativismo é que não dispomos de financiamento permanente. Temos que encontrar uma estrutura de governança e de

financiamento duradouro, para operarmos com apoio e aumentarmos nossa incidência. Não é possível continuar concebendo este trabalho como voluntário, pois estamos diante de uma complexidade global que afeta negativamente as pessoas, e, por isso, também coloca em risco a sustentabilidade das redes que temos construído. É fundamental que a participação em uma rede também implique algum benefício para as pessoas que a integram. Um enfoque de gênero para a preparação de projetos sustentáveis

Uma dificuldade que aparece constantemente no meu trabalho é passar do diagnóstico da equidade e inclusão para a ação. Por exemplo, não está claro qual é a melhor maneira de incorporar os resultados do diagnóstico em um modelo de negócio e financiamento que seja mais adequado para uma transição verde e justa.

Ultimamente, temos refletido, como equipe, sobre a contribuição dos estudos de gênero ao sentido e ao impacto das recomendações que nos conduzem a uma transição verde e justa. Por isso criamos oficinas, manuais e diretrizes para que as pessoas que executam os projetos possam integrar essa abordagem. Também temos feito

do conhecimento territorial e da capacidade de incidência a nível local uma condição nos termos de referência que utilizamos para contratar diferentes serviços enquanto organização.

O enfoque de gênero é uma solução possível, porém, faltam lideranças para integrá-la ao planejamento e execução de nossas estratégias. A vontade política e o exemplo são essenciais para que os projetos possam integrar tanto a perspectiva de gênero, como a de inclusão. É importantíssimo que as pessoas percebam que podem desempenhar seu papel, e que se atrevam a fazer as coisas de outras maneiras. Bogotá é um grande exemplo de ação inovadora e ousada para assegurar a sustentabilidade do modelo de negócios do seu operador público de transporte, ao incluir uma grande quantidade de mulheres, garantindo tanto sua formação como sua permanência no sistema.

O futuro do transporte feminista

“Precisamos falar da profundidade da mudança que estamos implementando e nos capacitar constantemente para alcançá-la

Transformar o setor de transporte por meio da implementação das perspectivas de gênero e inclusão é um processo consciente, uma mudança de paradigma muito complexa. Por isso, a insistência é fundamental: precisamos levá-lo sempre em conta e repeti-lo, precisamos falar da profundidade da mudança que estamos implementando e nos capacitar constantemente para alcançá-la.

Não podemos nos dedicar a reproduzir velhas receitas para resolver os problemas que estamos enfrentando. Temos que valorizar nossas próprias maneiras de melhorar as condições atuais, porque, na prática, aprendemos tanto com os erros quanto com os acertos. É assim que entenderemos como alcançar nossos objetivos sociais e ambientais, sem medo de cometer erros. A gestão do conhecimento é chave para gerar ciclos de aprendizagem e poder reconhecer se estamos reproduzindo um sistema sexista, para tentar mudá-lo.

É importante continuar nossos esforços para alcançarmos um horizonte ideal, em que o enfoque de gênero seja um conhecimento instaurado na sociedade, integrado de maneira geral por toda a população. Isso não quer dizer que descartemos outras perspectivas muito mais técni-

cas, especializadas e profundas que ajudam na discussão, mas é importante fazer um maior esforço para firmar as bases que nos permitam identificar injustiças e barreiras de gênero normalizadas em nossas sociedades.

Por exemplo, se conseguíssemos desenvolver um sistema de transporte feminista, seu propósito seria entender tanto as rotas quanto os modelos de negócio que as sustentam, para garantir maior segurança e acessibilidade, em condições de igualdade para toda a sociedade. Ele também daria ênfase à caminhabilidade e à adequação noturna. Se concentraria no conjunto de toda a população e no deslocamento das pessoas, não apenas em números.

Se estabelecermos essa meta nos projetos de transporte, deveríamos trabalhar para a autonomia física, econômica e de tomada de decisão das mulheres, abordando os obstáculos que elas enfrentam para atender às suas necessidades.

Por fim, precisamos falar de dinheiro, por exemplo, através de programas como o de orçamento climático, porque sem dinheiro não se fará nada. Temos que exami-

nar os orçamentos e entender melhor como os recursos estão sendo distribuídos.

NANCY AUCAHUASI





Nancy Aucahuasi, diretora executiva da Promovilidad, falando de Lima, Peru



O transporte público é um dos cenários críticos em que a mulher sente medo

Nancy é economista pela Universidade Nacional Maior de São Marcos, possui mestrado em Desenvolvimento Local e Gestão Municipal pela Universidade Nacional Federico Villarreal e realizou estudos em Planejamento Estratégico com Abordagem Prospectiva e em Governança e Gestão Pública. Ela tem desenvolvido sua experiência a partir de funções que abrangem desde o transporte urbano sustentável até a alimentação escolar e a inclusão social. Ajudou a fortalecer o papel crucial que as mulheres cumprem na sociedade peruana quando foi diretora de Promoção e Desenvolvimento da Autonomia Econômica das Mulheres no Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis. Atualmente, é diretora executiva do Programa Nacional de Transporte Urbano Sustentável.

“ As mulheres do dia a dia me inspiram para uma transição verde e justa, porque com sua força, demonstram que estão aí, de pé frente às adversidades

Tenho tido a oportunidade de observar, comprovar e encorajar a participação das mulheres. Por exemplo, como gerente geral de uma empresa de água potável na região de Apurímac, situada no sul do Peru, na zona andina, onde trabalhei com as comunidades locais em projetos de abastecimento de água potável e na expansão das redes até os domicílios. Foi ali que percebi como as mulheres trabalham sem receber nenhuma recompensa, exceto a alegria de ter água potável em suas próprias casas. Foi nesse momento, ao me envolver na promoção do direito humano de acesso à água, quando compreendi o quanto nós mulheres somos invisibilizadas. As mulheres do dia a dia me inspiram para uma transição verde e justa, porque com sua força, demonstram que estão aí, de pé frente às adversidades.

Barreiras para incorporar a perspectiva de gênero no transporte público

“ Sem uma abordagem integral e holística, não vamos poder contribuir para as transformações que

são necessárias rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva

O transporte público é um dos cenários críticos nos quais as mulheres sentem medo. Apesar de muitas dependerem desse sistema, principalmente devido ao seu papel no cuidado familiar, ele não oferece garantias suficientes de segurança e bem-estar. O problema se agrava pela falta de articulação entre setores e níveis de governo, o que impede a adoção de uma abordagem holística, capaz de lidar com as inter-relações complexas das diversas questões envolvidas.

Embora não se possa negar os avanços, a sociedade segue subestimando e silenciando as mulheres que chegam a cargos de decisão, impactando suas vidas profissionais e pessoais. Essa subestimação tem consequências, já que, ao reduzir a participação das mulheres na tomada de decisões, sobra pouco espaço para considerar suas necessidades diferenciadas na elaboração de políticas públicas.

As políticas e os projetos públicos costumam ser padronizados e não levam em consideração as neces-

sidades e demandas específicas das pessoas segundo seus contextos. A falta de informação e a escassa sensibilização sobre a importância de mudar a perspectiva e incorporar um enfoque de gênero e inclusão têm levado a uma vontade política rasa e a uma alta resistência nos espaços decisivos. A aplicação dessa abordagem é dificultada, em vez de promovida para buscar o desenvolvimento de melhores políticas públicas de mobilidade. Isso é problemático, pois sem uma abordagem integral e holística, não vamos poder contribuir para as transformações que são necessárias rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os enfoques de gênero e inclusão na mobilidade urbana

Quando à mulher é concedido um espaço, ela o aproveita ao máximo

Para enfrentar esses desafios, o *Promovilidad*, programa criado pelo Ministério de Transportes e Comunicações do Peru, busca fomentar sistemas de transporte urbano sustentáveis, com enfoque de gênero e inclusão. Meu objetivo é gerar e fortalecer redes que integrem esses enfoques, entendendo que a sustentabilidade das

sociedades depende dessa inter-relação.

As municipalidades são fundamentais para implementar essas propostas e obter resultados efetivos. Por meio de nossa ação governamental, trabalhamos com a conscientização e apoiamos os municípios para que essas políticas cheguem aos territórios. Antes de tomar qualquer medida, é crucial questionar seu impacto na população. O olhar sobre gênero e inclusão social deve ser amplo, englobando todos os grupos vulneráveis e marginalizados.

Uma estratégia, que tem funcionado em meus projetos para reverter a presença reduzida de mulheres na agenda climática, é a discriminação positiva através de cotas de gênero. Promover a participação feminina desta forma tem demonstrado que, quando a mulher é concedida um espaço, ela o aproveita ao máximo. Mesmo que essa estratégia enfrente certa resistência devido a padrões socioculturais enraizados, os resultados positivos na gestão vêm contribuindo para amenizá-la. A onda de empoderamento feminino gerada por essa estratégia já não pode ser revertida. Sou otimista e penso que temos um bom futuro pela frente se trabalhamos diariamente para construí-lo.

PATRICIA HERNÁNDEZ





Patricia Hernández, diretora-geral da Associação Nacional de Entidades de Água e Saneamento (ANEAS) do México, falando da Cidade do México



Precisamos que as mulheres tenham voz, voto e poder de decisão nas políticas públicas

Patricia é a primeira mulher a ocupar a direção geral da ANEAS, uma instituição com mais de 40 anos de existência no México. Formada em Educação, Gestão e Economia da Água pela Universidade Autônoma Metropolitana do país, ela também concluiu dois mestrados: um em Políticas Públicas pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México e outro em Governança e Globalização pela Universidade das Américas Puebla. Antes de sua função atual, ela atuou como diretora adjunta de Vinculação Interinstitucional na mesma associação, onde também atuou como coordenadora das comissões do congresso do estado de Guerrero.

“ Meu conselho para as mulheres é que não deixem de sonhar com aquilo que desejam, nem deixem que ninguém lhes diga o que podem ou não fazer

Quando penso em como incorporo a perspectiva de gênero em meu trabalho para promover uma transição verde e justa, não posso deixar de lembrar da minha infância. Me vejo correndo, quase como se fosse um jogo, com meu balde de água. Hoje, como adulta, sei que não é um jogo. Tenho chegado a uma posição em que posso influenciar decisões, e estou ciente da responsabilidade que tenho. Meu objetivo é claro: contribuir para a mudança, de modo que quem hoje vive sua infância carregando litros de água todos os dias, renunciando ao direito à educação e a uma vida saudável, possa ter um futuro diferente. A infância não deve ser sacrificada por água que, ainda por cima, é de má qualidade e causa doenças.

Meu conselho para as mulheres é que não deixem de sonhar com aquilo que desejam, nem deixem que ninguém lhes diga o que elas podem ou não fazer. A luta por uma transição verde e justa precisa de vozes femininas fortes e determinadas. Mulheres como a dou-

tora Blanca Jiménez, a primeira diretora da Comissão Nacional de Águas, uma figura-chave em nossa região e um exemplo de liderança determinada e com visão, têm sido minhas fontes de inspiração em meu próprio caminho.

As mulheres na gestão da água

“ Precisamos identificar as desigualdades de gênero para aprimorar o desenho das políticas públicas

Historicamente, as mulheres têm tido que assumir papéis de cuidado, seja com o meio ambiente ou com as pessoas. Somos essenciais na gestão dos recursos naturais, como a água, e por isso mesmo nos vemos profundamente afetadas quando enfrentamos sua escassez. Falamos sobre problemas de higiene, saúde, escolaridade e segurança alimentar. Portanto, a perspectiva de gênero é fundamental, uma vez que incorpora a sensibilidade às tarefas cumpridas pelas mulheres quando se trata do acesso a água e saneamento.

É evidente também que as mulheres devem ser ouvidas nos espaços de tomada de decisão. No entanto,

sua participação formal é muito baixa, e seu papel não é reconhecido quando se discutem vulnerabilidades diante dos impactos das mudanças climáticas. Se quisermos avançar em transformações justas e universais, tanto para as mulheres quanto para os homens, precisamos abandonar o costume de utilizar modelos copiados de outros países, que muitas vezes são implementados sem considerar as especificidades de nossos contextos sociais. Em vez de continuar com essas práticas, precisamos identificar as desigualdades de gênero para aprimorar o desenho das políticas públicas.

Vejo como fundamental para essa transformação o empoderamento das mulheres em todos os âmbitos da vida pública, social e privada. Para isso, devemos explorar maiores oportunidades de participação. Acredito que é primordial criar mecanismos de suporte profissional, acadêmico e pessoal para garantir que as mulheres tenham acesso a essas oportunidades.

Ação climática inclusiva: empoderamento e equidade

“É importante deixar bem claro que temos o conhecimento e as capacidades requeridas para

assumir responsabilidades, e é vergonhoso que apenas 6% dos dirigentes de organismos operacionais no México sejam mulheres

Temos que abrir oportunidades para todas as mulheres qualificadas que queiram participar da mudança que queremos construir. Precisamos que as mulheres tenham voz, voto e poder de decisão nas políticas públicas. Por isso, é preciso promover e fortalecer o acesso a carreiras técnicas e científicas, mediante, por exemplo, bolsas de estudo para mulheres, para que elas possam se capacitar e acessar cargos de direção. É fundamental também oferecer espaços nos quais elas possam contribuir ativamente e cultivar suas experiências em cargos de liderança.

Da minha posição, como primeira mulher diretora da ANEAS, percebo um discurso que deslegitima as conquistas de mulheres líderes, que insinua que muitas estão começando a ocupar cargos de direção. É importante deixar claro que temos o conhecimento e as capacidades requeridas para assumir responsabilidades, e que é vergonhoso que apenas 6% dos dirigentes de organismos operacionais no México sejam mulheres.

Quando ocupamos esses cargos, sempre enfrentamos uma exigência dupla, porque, além de prestar contas ao conselho diretivo do organismo, você se torna um exemplo para que outras mulheres ousem buscar esse tipo de desafio. Estamos em um momento de mudar a mensagem. Precisamos promover a ideia de que podemos gerar essa mudança geracional, essa transformação em prol da equidade, e que não continuaremos limitando as possibilidades para as próximas gerações.

PAULA BISIAU





Paula Bisiau, cofundadora de Mujeres em Movimiento, falando de Bangkok

“A vontade política pode ser gerada com dados e conscientização adequados

Formada em Filosofia pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paula concluiu o mestrado em Economia Urbana na Universidade Torcuato Di Tella, onde aprofundou seu interesse pela igualdade e empoderamento das mulheres, graças à bolsa de *VVEngage* para lideranças femininas na política de *Vital Voices*. Atualmente, ela se dedica à transformação da mobilidade urbana desde as bases na Fundação *Redux*, com foco na gestão da velocidade e na regulamentação. Antes trabalhou em assuntos políticos e consulares na Embaixada da Argentina em Singapura, foi subsecretária de Mobilidade Sustentável e Segura da Cidade de Buenos Aires e diretora de Mobilidade Sustentável e da comuna de Palermo, em Buenos Aires. Em 2019, a iniciativa *Women Mobilize Women* a reconheceu como uma das vozes feministas mais notáveis no âmbito do transporte. Junto com *Mujeres em Movimiento*, Paula também cofundou a Aliança Iberoamericana de Mobilidade Segura.

As mudanças reais neste âmbito só vão chegar se houver mulheres em cargos de decisão

Me apaixonei pelo tema da mobilidade urbana ao conversar com os vizinhos sobre as políticas implementadas em 2009 na minha cidade, Palermo. Nessas conversas, compreendi a importância da mobilidade na vida cotidiana e como os problemas associados a ela afetam as mulheres de maneira desproporcional.

Hoje estou convencida de que mudanças reais neste âmbito só vão chegar se houver mulheres em cargos de decisão, com uma perspectiva de gênero que contemple esses temas de forma detalhada. Um exemplo é o trabalho de Manuela López Menéndez, que, como secretária de Transporte e Obras Públicas da Cidade de Buenos Aires, demonstrou que a perspectiva de gênero é fundamental para impulsionar mudanças efetivas e duradouras.

Persistência e colaboração com motores para uma transição verde e justa

A transversalização de gênero e a inclusão social são um desafio relativamente novo, o que torna ainda

mais importante dar continuidade a este trabalho

A persistência é imprescindível para alcançarmos mudanças sustentáveis e duradouras. Se não mantivermos o rumo, corremos o risco de retroceder e perder os avanços na agenda de gênero e inclusão social, já que esses avanços muitas vezes não são valorizados ou visibilizados. É de suma importância investir na comunicação das conquistas alcançadas, especialmente de seus benefícios, e continuar pressionando por leis e ações específicas para assegurar o êxito das estratégias direcionadas a uma transição verde e justa.

A transversalização de gênero e a inclusão social são um desafio relativamente novo, o que torna ainda mais importante dar continuidade a este trabalho. Devemos conduzi-lo de modo socialmente sustentável, identificando alternativas e oportunidades e aprendendo a melhorar à medida que avançamos. Para isso, considero fundamental a criação de redes intersetoriais, já que são fontes de incubação de novas ideias. Falo a partir de minha própria experiência: a generosidade na troca com minhas pares a nível internacional e o constante apoio, tanto no aspecto técnico quanto humano, têm sido pri-

mordiais. É vital aprender com os erros dos outros e compartilhar boas práticas.

Por outro lado, a voz feminista, para mim, pode ter muitas nuances. O importante é colocar a mulher em primeiro plano e reconhecer que nossas experiências — na vida, na cidade, na mobilidade, na maternidade — não são uniformes.

Diversidade e ação no setor de transporte

Acho que é essencial aproveitar as oportunidades e tendências positivas no posicionamento da agenda de gênero e inclusão social

Além de mulheres ocuparem cargos de poder, é fundamental garantir o seu acesso e emprego no setor de transporte, um dos maiores empregadores da sociedade. Incluir mulheres e uma população diversificada nesse âmbito nos permite criar um ambiente mais humanizado e representativo. Não se trata apenas de ser mulher ou homem, mas de incluir diferentes olhares em todos os tipos de equipe.

Para isso, é essencial aproveitar as oportunidades e tendências positivas no posicionamento da agenda de

gênero e inclusão social. A presença feminina na tomada de decisões não é apenas um ato de justiça, mas uma necessidade para uma transição verde e justa. Abordar um problema sob múltiplas perspectivas conduz a soluções mais criativas e adequadas.

Por exemplo, descobrimos que as viagens diárias realizadas pelas mulheres em Buenos Aires são mais numerosas e mais curtas, geralmente vinculadas ao transporte privado para cumprir funções de cuidado. Esse padrão de mobilidade gera um ônus econômico adicional, uma vez que viagens curtas raramente são subsidiadas.

Além disso, temos uma triste, porém incontestável realidade: 100% das mulheres declaram ter sido assediadas ao menos uma vez no transporte público. Essa porcentagem reflete a gravidade de uma realidade que devemos transformar. E, neste e em outros casos, com dados, podemos comunicar e visibilizar corretamente o problema. Assim, é mais fácil gerar apoio para a causa, principalmente se a informação for proveniente de organizações internacionais, que não estão envolvidas nas agendas contingentes de cada país.

Há alguns anos, lançamos uma grande campanha midiática para dar visibilidade a esse tipo de violência. Usamos o slogan *“Ni loca, ni perseguida, ni histérica, el acoso existe”* (Nem louca, nem perseguida, nem histérica, o assédio existe). No entanto, essa realidade também tem raízes culturais profundas, e por isso precisa ser abordada em múltiplas frentes. Além do aspecto comunicacional, é essencial incluir a perspectiva de gênero e inclusão nas universidades, capacitando aqueles e aquelas que tomarão as decisões no futuro e trabalharão no setor de transporte.

Em minha experiência na cidade de Buenos Aires, tem sido fundamental contar com uma equipe técnica dedicada, com todos os recursos, informações e conhecimentos necessários, além de uma firme vontade política. Ambos os aspectos são alcançáveis: a vontade política pode ser gerada com dados e conscientização adequada, e as equipes podem ser capacitadas com uma educação relevante sobre gênero e mobilidade. Mas, sobretudo, é necessário ter a vontade e a audácia de transformar a realidade.

SAIURYS BONNET





Saiurys Bonnet, fundadora da empresa social Una Vaina Verde, falando de São Domingos

“ Os projetos devem ser pensados a partir do triplo impacto (social, econômico e ambiental) desde o início

Saiurys estudou Relações Internacionais na *Universidad Acción Pro Educación y Cultura*, na República Dominicana. Em seguida, obteve o título de mestre em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Corporativa pela Escola de Organização Industrial, na Espanha. Ele também concluiu vários estudos com foco em Auditoria De Sistemas De Gerenciamento Integrado 999 E Normas da Corporação Financeira Internacional, como o que fez com a *D'Appolonia*, uma empresa italiana, e outro na Universidad Iberoamericana, com foco em responsabilidade social corporativa. Trabalhou para a Corporação Dominicana de Empresas Elétricas Estatais e também no setor privado. Atualmente, além de dirigir *Una Vaina Verde*, comanda a organização não-governamental *Rizos de Felicidad*, que fundou com o objetivo de ensinar crianças a reconhecer e valorizar sua identidade, fomentando o cultivo da autoestima desde a infância.

“Acredito em plantar sementes, não as rego, posso não conviver com elas para regá-las, mas estão aí, e há sementes que germinam com a chuva, o importante é plantá-las

Iniciei minha carreira trabalhando para o setor privado, mas logo percebi que queria fazer algo diferente, me dedicar a iniciativas com impacto social, em que meu esforço um valor mais ligado às pessoas. Essa mudança foi influenciada pelo exemplo de outras mulheres, especialmente de uma líder da região, Yomaira Martinó, líder da GreEnergy Dominicana, e Karina Chez de Kaya Energy, mulheres fortes e imponentes.

Sou inspirada pela liderança feminina, pois graças a muitas mulheres têm traçado o caminho e trabalhado muito, tem sido mais fácil para mim construir sobre bases solidas e melhores condições.

Liderança feminina e desenvolvimento de políticas públicas

“Acredito que, quando uma mulher está em uma posição de poder, isso sempre gera um efeito dominó na sociedade. Se a isso somarmos uma abordagem de

cuidado integral, poderemos potencializar as nossas estratégias

É triste saber que o poder político que as mulheres têm atualmente na República Dominicana é na sua maioria resultado da exigência de cotas femininas em vez de ocupar esses cargos por mérito, em uma competição justa e objetiva., bem como de sua capacitação para ocupar esses cargos. Apesar dessas migalhas, ainda não se pode dizer que tenham conseguido garantir sua participação e representação de maneira independente e transversalmente reconhecida em toda a sociedade dominicana, portanto, precisamos continuar na luta.

Sinto essa falta de validação em minha própria ação. Por exemplo, se eu, ou qualquer outra mulher, estamos em uma reunião, nos atribuem o papel de secretárias. Deixamos de estar em plano de igualdade para tomada de decisões, porque, com esse gesto, tentam nos tratar como inferiores a eles. O posicionamento e a atribuição a uma função delegada são automáticos. Além disso, por ser mulher, jovem, negra, percebo com frequência como questionam o meu conhecimento, minha experiencia, minhas metodologias, antes de me conhecerem, espe-

cialmente em painéis de discussão, seja como moderadora ou como panelista. Como mulheres, sempre temos que nos validar, fazer tudo de forma excepcional, estar bem-arrumadas e gerenciar assertivamente comportamentos extremamente machistas. Tudo isso é lamentável, pois as pessoas associam sucesso e liderança a sacrifícios pessoais.

Acredito que é fundamental entendermos essas diferenças e aprendermos a confiar umas nas outras e em nossas capacidades, sem precisar de validação externa. Podemos nos apoiar em mentoras e referências que estejam onde queremos chegar. Também é essencial levar sempre em consideração que, histórica e culturalmente, as mulheres foram e continuam sendo transgredidas. Acredito que, quando uma mulher está em uma posição de poder, e não se esquece da sua trajetória, torna-se uma catapulta para muitas outras com tudo o que precisa para ter sucesso.

Fiscalização e educação para uma transição verde e justa

“ Me parece que falta muito para passarmos de simples estratégias publicitárias a ações verdadeiras

As mudanças positivas se dão por pressão social e midiática. É triste pensar que ainda não desenvolvemos uma consciência coletiva sobre como desenvolver uma sociedade melhor, justa e inclusiva. Parte da explicação está no fato de que nosso sistema educacional é defeituoso, desde a educação básica. Transformá-lo radicalmente levará o mesmo tempo que uma pessoa leva para se formar nele, ou seja, de 12 a 14 anos. Esse tempo talvez seja pouco a partir de uma perspectiva histórica, mas é muito para a realidade do país e para a experiência cotidiana das pessoas.

Por isso, a curto prazo, acho que é mais efetivo enfatizar a transição verde e justa na fiscalização e nas consequências que devem ser assumidas por quem não cumpra as regras ambientais. Para começar com uma questão ambiental, pode ser estratégico começar com resíduos e água, pois as consequências negativas são rapidamente sentidas pela sociedade. O que dói no bolso, transforma a ação.

A educação é primordial a médio e longo prazo, ainda mais se considerarmos o grande desconhecimento que existe a respeito dos temas de sustentabilidade e

meio ambiente, a partir da abordagem de impacto triplo (social, econômico e ambiental). Os projetos também devem ser pensados a partir de seu impacto e contrapartida educacional desde o início. Na República Dominicana foi aprovada uma lei de educação e divulgação

ambiental, mas não foram desenvolvidas as ferramentas necessárias para sua implementação. Me parece que falta muito para passarmos de simples estratégias publicitárias a ações verdadeiras, mas estamos no caminho certo.

Una Vaina Verde

Una Vaina Verde é uma empresa social dedicada à educação, assessoria e organização de eventos para promover a incorporação social dos princípios de sustentabilidade, tanto na vida cotidiana quanto nas empresas e instituições. Seu foco está em cocriar com o ecossistema, articulando equipes multidisciplinares para o sucesso dos projetos. Saiury Bonnet, sua fundadora, explica que a iniciativa nasceu para fazer da sustentabilidade uma coisa fácil e divertida.

A empresa se destaca por criar e utilizar ferramentas e metodologias adaptadas aos diferentes grupos interessados, próximas à comunidade e adaptadas ao contexto dominicano, incluindo estratégias de gamifica-

ção. Por meio do jogo, busca disseminar o conhecimento sobre sustentabilidade, garantindo que quem participa dos projetos adquira um aprendizado significativo e contribua para uma transição verde e justa, tanto individual como empresarial.

Seu trabalho se concentra em indivíduos e organizações dos setores privado, estatal e civil, promovendo a sustentabilidade com uma abordagem de triplo impacto: econômico, social e ambiental. A perspectiva de gênero está integrada a esse trabalho. Além disso, a empresa conta com patrocinadores para assegurar que a sustentabilidade seja acessível a toda a população.

SANDRA GUZMÁN





Sandra Guzmán, fundadora e diretora-geral do Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe, falando de Maputo, Moçambique

“ Quando você se empodera e usa sua voz, não só abre possibilidades, como também permite que as pessoas lhe escutem ”

Doutora em Ciência Política pela Universidade de York, mestre em Política e Regulação Ambiental pela *London School of Economics and Political Science* e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Nacional Autônoma do México, Sandra é a fundadora e diretora-geral do Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe. Há 12 anos, fundou a organização que dirige hoje em dia. Anteriormente, foi gerente na *Climate Policy Initiative* e consultora do Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Também foi diretora-geral de Política de Mudança Climática no Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais do México, além de pesquisadora e coordenadora do Centro Mexicano de Direito Ambiental. Recebeu o prêmio *Chevening Global 2019 Change Maker* e o título de Intelectual do Ano, em 2018, pela revista Marie Claire.

Quando entendi o que era mudança climática, e o que a gerava, entrei num estresse e numa angústia terrível. É por isso que comecei muito jovem a participar da ação ambiental. Na África, aprendi que os impactos ambientais, como secas, fome e o aumento de guerras por conta da escassez de água, já estão acontecendo. E vi que esse é um problema global, que também está afetando o México.

Cresci muito empoderada. Minha mãe me inspira, porque foi ela quem me permitiu fugir de estereótipos e papéis de gênero e me ensinou que estudar era o melhor caminho para eu fazer o que eu quisesse.

A compreensão integrada das abordagens de gênero, clima e biodiversidade

“Ainda falta gerar sinergias, não só em relação às políticas, mas também no nível da coordenação intrainstitucional e interinstitucional”

Embora alguns países, como Colômbia, Chile e México, tenham avançado no entendimento da integralidade das perspectivas de gênero, clima e biodiversidade, para a gestão do financiamento climático este é

um conceito muito incipiente na região. Ainda falta gerar sinergias, não só em relação às políticas, mas também no nível da coordenação intrainstitucional e interinstitucional.

Vejo que no México se fala muito em política externa feminista, mas, internamente, as instituições seguem promovendo a separação entre grupos de gênero e ambientalistas. Falta uma visão mais pragmática que estimule a integração dessas perspectivas e mobilize questões como quais são as vulnerabilidades às quais as mulheres estão expostas, por que elas estão expostas, que tipo de vulnerabilidade estamos falando e que tipo de intervenção poderia ajudar a resolver os problemas.

No entanto, onde temos avançado de fato a nível regional é na incorporação de mais mulheres em processos de tomada de decisão, com mais mulheres liderando, por exemplo, nos ministérios de meio ambiente. Agora, a nível internacional, eu não diria o mesmo, vejo dois níveis. Entre os tomadores de decisão, fica muito claro que o papel das mulheres continua limitado, mas, nas esferas mais técnicas, elas são protagonistas. Por exemplo, muitas mulheres estiveram por trás do Acordo

de Paris, não apenas nos corpos políticos, mas também no nível ministerial. Um grupo de trabalho, formado principalmente por mulheres, foi criando entendimentos para que certas menções no texto pudessem abrir as portas.

O papel e a luta das mulheres nas nossas sociedades

Ter mulheres tomando decisões pode mudar radicalmente a forma como se aborda um problema

Fala-se pouco sobre o *entitlement* dos homens, uma atitude comum que faz com que eles se comportem como se fossem merecedores de certos direitos ou reconhecimento simplesmente por serem homens. Não consigo suportar nem isso nem a falta de consciência de gênero. Temos que reconhecer que estamos todas e todos. É uma evolução, e acredito que fazemos parte de uma geração que está protagonizando essa mudança. Minha mãe, minha antecessora, jamais teria imaginado que essa mudança viria em apenas uma geração, muito menos minhas avós.

Quando há participação equalitária das mulheres, as políticas são muito diferentes. Você tem a capacidade de complementar e integrar visões que resultam em políticas que contribuem de maneiras diferentes. Pode ver a diferença no reconhecimento da intervenção das mulheres desde o ponto de vista político e técnico, pois influenciam não só a elaboração dos projetos, como também o processo. Enquanto mulheres, tendemos a nos concentrar no coletivo, e acredito que essa é uma atenção que nem sempre está presente quando não há visões mais holísticas. Então ter mulheres tomando decisões pode mudar radicalmente a forma como se aborda um problema

Reconheço que nós nos sentamos em mesas onde muitas mulheres tiveram que passar antes, e por isso, não podemos deixar de ocupá-las. O desafio é que é preciso aguentar, no sentido de estar lá e denunciar, e acho que isso quebra as dinâmicas pré-estabelecidas. É o que eu percebo, por exemplo, nas negociações. Há problemas muito graves, como o turismo sexual nas Conferências das Partes, em que temos avançado. Isso fala do silêncio que as mulheres tiveram que romper para chegar a esse ponto. Por ser mulher, latina e jovem,

foi muito difícil abrir portas quando comecei, mas me empenhei e comecei a trabalhar em diferentes níveis. Quando você se empodera e usa sua voz, não só abre possibilidades, como também permite que as pessoas a escutem.

Eu quero trabalhar com convicção, estabelecer metas e ir atrás delas. Sem passar por cima de ninguém, simplesmente buscando aquilo que me faz feliz. Acredito que a felicidade é uma rota de ação, nós mulheres já passamos por tantos anos sob pressão, que conquistamos o direito de ser felizes.

Recomendações políticas para abordagens sensíveis ao gênero em relação às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade na região da América Latina e do Caribe

Os impactos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade já estão se manifestando, afetando gravemente a vida e os meios de subsistência das pessoas e exacerbando as desigualdades existentes. Esses desafios são sentidos de forma aguda na região, onde vários ecossistemas e comunidades vulneráveis enfrentam riscos desproporcionais. As recomendações a seguir baseiam-se nos pontos de vista e nas percepções das mulheres entrevistadas, cuja liderança e experiências fornecem orientações essenciais para a formação de uma transição verde e justa.

Primeiro, são necessárias soluções integradas e holísticas que abordem as dimensões ambientais e sociais das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. Nesse sentido, uma **abordagem interseccional e baseada nos direitos humanos** é fundamental para proteger e garantir os direitos das pessoas e promover o acesso universal aos direitos, por exemplo, em termos de recursos, servi-

ços qualitativos e participação na vida pública. É essencial **promover os co-benefícios** das soluções climáticas e ambientais, como a coesão social. É fundamental que as ações climáticas e ambientais andem de mãos dadas com o fortalecimento das redes de segurança social para melhorar a resistência de todos aos impactos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade.

Como o combate às mudanças climáticas, à perda de biodiversidade e à desigualdade estão profundamente interconectados, as ações climáticas e ambientais devem ser sensíveis ao gênero e **integrar e incorporar uma perspectiva de gênero desde os estágios de planejamento**, por exemplo, por meio de avaliações de impacto oportunas nos processos de planejamento de adaptação e mitigação para garantir que seus benefícios alcancem toda a população. A integração da experiência dos departamentos nacionais de gênero, ou de mecanismos semelhantes, a partir de uma abordagem intersetorial

nos fluxos de financiamento, no planejamento e na implementação do clima pode ser útil para o desenvolvimento de ações climáticas e de biodiversidade centradas nas pessoas.

Estruturas adaptadas aos contextos socioculturais, econômicos e ambientais específicos da região são essenciais, especialmente em locais onde os impactos das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade já são profundamente sentidos. Reconhecer os impactos psicológicos e sociais dos desastres, integrar medidas adequadas às estratégias de adaptação e repensar o financiamento climático e as avaliações de risco para garantir o acesso equitativo aos recursos de recuperação e adaptação pode ajudar a construir bases resilientes para as comunidades.

Para alcançar uma ação climática e ambiental sensível ao gênero, é necessária a **participação igualitária e qualitativa de grupos vulneráveis na consulta, no desenho e na implementação, além de seu papel como beneficiários**. Somente por meio de sua inclusão nos espaços de tomada de decisão é que suas necessidades diferenciadas serão levadas em conta de forma significativa. Isso requer ajustes nas modalidades de participação

e apoio logístico adequado para garantir uma participação significativa e não meramente administrativa, bem como o monitoramento de sua consideração efetiva e de sua sustentabilidade por meio, por exemplo, de ciclos de feedback da comunidade. Nesse sentido, a população rural e as diferenças urbano-rurais devem ser levadas em conta. A resiliência e o envolvimento da comunidade nos processos de planejamento devem ser apoiados para abordar as causas fundamentais da migração rural-urbana, investindo em educação, saúde e oportunidades de subsistência, especialmente para mulheres jovens.

A coleta de dados desagregados por gênero e a transparência também são essenciais para apoiar e informar ações e políticas sensíveis ao gênero e baseadas em evidências que reflitam os impactos diferenciados das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. Essa abordagem diferenciada possibilita a identificação de tendências específicas da região e o reconhecimento de desafios específicos de gênero, como acesso a recursos, tomada de decisões, exposição e impactos aos riscos climáticos. Além disso, ela contribui para o monitoramento da eficácia das ações climáticas e ambientais, aumentando a responsabilidade dos atores sociais relevantes e, portanto, o potencial de consideração qualitativa em

todas as ações de adaptação e mitigação do clima para tratar das lacunas identificadas. Por fim, contribui para aumentar a tão necessária conscientização.

Além disso, um ambiente propício para **a liderança sustentável e o acesso das mulheres aos espaços de tomada de decisão** é fundamental para garantir a representação genuína de necessidades diferenciadas. Isso exige uma mudança cultural significativa e o enfrentamento de preconceitos arraigados. Por exemplo, enfatizando a importância de criar políticas de apoio e reformas estruturais que promovam ativamente e possibilitem a liderança das mulheres em todos os setores. Além disso, promovendo a visibilidade da liderança das mulheres e seu papel como agentes de mudança, reconhecendo, recompensando e apoiando suas contribuições, e aumentando a conscientização pública por meio de histórias de sucesso de iniciativas lideradas por mulheres.

O compartilhamento de conhecimento e a formação de redes regionais, bem como os programas de orientação que promovem o empoderamento das mulheres, provaram ser cruciais. Contribuem para soluções inovadoras para lidar com as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade com uma abordagem de gênero

e inclusão social, ao mesmo tempo em que aumentam a conscientização pública para garantir que a inclusão das mulheres permaneça no centro da agenda, evitando retrocessos. Juntamente com isso, é essencial considerar **o treinamento adequado para mulheres e meninas**, tanto em habilidades sociais quanto em habilidades técnicas, especialmente devido ao foco colocado pela EU e a região em infraestruturas de mitigação e adaptação. Para isso, o acesso equitativo a empregos verdes e programas de treinamento relevantes, bem como a igualdade de oportunidades de emprego, é necessário para garantir que as mulheres e os grupos vulneráveis sejam parte integrante da transição e se beneficiem dela. A educação é fundamental para incorporar uma abordagem de gênero e inclusão social nas sociedades do futuro, e as universidades desempenham um papel central na integração dessa abordagem em seus currículos de forma transversal e na promoção do acesso das mulheres às carreiras STEM.

Se quisermos lidar de forma eficaz com as múltiplas crises que enfrentamos, precisaremos criar soluções novas e inovadoras. Não é mais sustentável ignorar as sociedades de cuidados construídas sobre os ombros das mulheres. As mulheres são a espinha dorsal de muitos

setores, desde a agricultura até o cuidado com a família, mas suas contribuições são frequentemente subvalorizadas ou tornadas invisíveis. Uma estrutura formal que aborde a subvalorização sistêmica do trabalho de cuidado, **reconhecendo e fornecendo o apoio adequado para sustentar a vida** e, portanto, as mulheres, poderia ser o primeiro passo para isso, com base nos vários acordos internacionais e nos resultados de pesquisas que destacam, por exemplo, seu impacto sobre a mobilidade e o consumo de energia. Essa estrutura deve evitar a idealização das mulheres como cuidadoras naturais ou guardiãs do meio ambiente, pois essa narrativa reforça os estereótipos de gênero e limita seu acesso a cargos de tomada de decisão.

Por fim, é essencial **promover o conhecimento, as práticas e a liderança indígenas** na ação climática e de biodiversidade, pois são os povos indígenas que detêm as principais soluções para as crises ambiental e climática. Os direitos, os meios de subsistência e os recursos dos povos indígenas devem ser salvaguardados, inclusive por meio do combate às práticas exploratórias que perpetuam a degradação ambiental e do enfrentamento da violência sistêmica e do racismo contra eles para proteger a identidade e a propriedade indígenas, especialmente no

nível de tomada de decisões. Seus sistemas de liderança e conhecimento devem não apenas ser reconhecidos, mas também priorizados, com o compromisso de garantir sua participação ativa no desenvolvimento de políticas que os afetem diretamente. A liderança sensível ao gênero deve ser a pedra angular desse processo, reconhecendo e promovendo a liderança das mulheres indígenas e de outros grupos marginalizados.

Epílogo

Nesta publicação, propomos dar visibilidade às vozes das mulheres que lideram a transição verde e justa na América Latina e no Caribe. Por meio das 25 entrevistas que apresentamos, esperamos continuar e facilitar o diálogo iniciado em diferentes espaços pelas protagonistas da ação climática e ambiental na região.

As lideranças que entrevistamos superaram todas as nossas expectativas. Não apenas compartilharam propostas valiosas, mas também nos mostraram exemplos concretos de sua capacidade de influenciar tanto a mitigação dos impactos climáticos quanto a adaptação a um contexto cada vez mais complexo. Além disso, através de seus relatos, pudemos compreender melhor as estratégias para horizontalizar e institucionalizar uma abordagem de gênero e inclusão social em políticas com implicações sociais, climáticas e ambientais.

Ao lermos seus testemunhos, torna-se evidente que essas mulheres dedicam suas habilidades a avançar em direção a uma transição que deve ser não apenas verde, mas também justa e inclusiva. Suas ações demonstram que a sensibilidade a fatores como gênero, situação eco-

nômica, etnia e idade é essencial para que as soluções implementadas sejam sustentáveis e eficazes. Além disso, evidenciam que a diversidade na tomada de decisões é fundamental para enfrentar a crise climática e ambiental de forma equitativa na região.

Outros temas que permeiam suas visões são a capacitação, tanto em habilidades interpessoais quanto em liderança e negociação. Também observamos que as ciências, a tecnologia, as engenharias e a matemática, áreas agrupadas como STEM, ocupam um lugar central nas soluções que identificam. Muitas entrevistadas destacaram a necessidade de garantir a empregabilidade das mulheres no contexto da transição verde, bem como a criação de redes inclusivas que fortaleçam sua liderança. Todas essas ações mostraram ser motores poderosos de mudança, não apenas em nível local, mas também em iniciativas regionais com o potencial de transformar comunidades inteiras.

Essas mulheres nos ensinam que o caminho para uma transição verde e justa também passa pela coragem, determinação e uma profunda convicção na necessidade de mudanças estruturais. Hoje, elas lutam por um mundo

onde a proteção do meio ambiente, a inclusão social e a igualdade de gênero sejam tratadas de forma integrada. Com esta publicação, esperamos não apenas inspirar quem atua na ação climática e ambiental, mas também influenciar aqueles em posições de responsabilidade e de tomada de decisão na região, incentivando a incorporação das perspectivas de gênero e inclusão social como eixos centrais de suas políticas.

Esperamos que *Vozes de mulheres liderando a transição verde e justa na América Latina e no Caribe* seja uma contribuição nesse caminho, para que continuemos aprendendo umas com as outras, apoiando-nos mutuamente e construindo, coletivamente, um futuro mais verde, justo e inclusivo

